

Não quer assaltar só a Previdência

Governo propõe dar

verba da Educação e

Saúde para bancos

Câmara dos Deputados



Orlando: Derrotar Bolsonaro e o seu pacote de maldades

“Ao completar míseros dois meses o governo de Jair Bolsonaro é uma usina infundável de crises, produzidas por ele próprio, por seus filhos ou pelo núcleo de ministros identificados com o chamado clã Bolsonaro – facção do poder e de apoiadores ligados por uma crença pré-illuminista que chamam de ideologia”, escreve o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), em artigo. Orlando alerta que “enquanto o presidente e seu clã escandalizam o mundo com seu flagrante despreparo e mobilizam o exército do obscurantismo, com a mão do gato a área econômica do governo vai impondo um pacote sujo antitrabalhador e antissindical”. **Página 3**

Abradin denuncia: venda da Embraer envolve interesses “inconfessáveis”

De acordo com o presidente da Associação dos Investidores Minoritários do Brasil (Abradin), Aurélio Valporto, a entrega da Embraer para a Boeing é um negócio lesivo aos interesses nacionais. “Está claro que qualquer um que conheça as ‘entranhas’ desta verdadeira negociata e ainda assim defenda a concretização das negociações está, na verdade, defendendo interesses inconfessáveis”, denunciou o economista. **Página 4**

Doria distribui dinheiro público a montadoras via isenção de ICMS

O governador de São Paulo, João Doria, anunciou na sexta-feira (8) a concessão de “incentivos fiscais” às montadoras. As benesses consistirão em descontos de até 25% no ICMS para empresas que apresentarem planos de ampliação de plantas. **Página 2**



Guedes quer acabar com obrigação constitucional mínima para essas áreas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou que o governo se prepara para apresentar ao Congresso uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que desvincula 100% dos gastos do Orçamento. Isso significa que parte da receita com impostos que, constitucional-

mente, devem ser destinadas à Saúde e Educação, por exemplo, deixariam de existir. Com isso, o governo poderia, também por exemplo, aumentar o pagamento de juros aos bancos. O “mercado” comemorou o anúncio. “A desvinculação eu quero total. Aí vamos ver quanto dá, mas vou tentar”, disse Guedes. **P. 3**

SP: Dória deixou de usar 2/3 da verba para prevenir enchentes

André Penner - AP



Na região central de São Paulo, perto do rio Tamanduateí (foto), moradores perderam tudo com a lama e água

CM - HP

UMES inicia a mostra ‘Cinema Com Partido’ e debate Darwin

A Mostra Democrática “Cinema com Partido” foi aberta neste sábado (09) com o filme “O Vento Será Tua Herança”, de Daniel Petrie (1999). A história aborda o caso de um professor perseguido por ensinar Darwin em uma escola no Tennessee. Ao fim da exibição, o presidente da UMES, Lucas Chen, e o bioantropólogo Walter Neves conduziram o debate. Quando questionado sobre o caráter do projeto “Escola sem Partido”, o cientista afirmou ser “exatamente o que acontece no filme: ‘O professor é perseguido por apresentar uma ideia científica’”. **Página 4**



O bioantropólogo Walter Neves e o presidente da UMES, Lucas Chen, no debate

A chuva que atingiu a região metropolitana de São Paulo provocou diversos alagamentos, deslizamentos e a morte de ao menos 12 pessoas, dentre eles, um bebê de 1 ano e 2 meses de idade. A Vila Prudente e o Ipiranga foram as áreas mais afetadas na capital paulista. Na região do ABC, centenas de pessoas ficaram ilhadas por conta dos alagamentos. Nos últimos dois anos, a Prefeitura de São Paulo gastou apenas um terço da verba destinada para obras de drenagens e monitoramento de enchentes. Em 2017 e 2018, dos R\$ 824 milhões destinados à realização de drenagens, só R\$ 279 milhões (38%) foram gastos. Em obras e monitoramento de enchentes, estavam previstos R\$ 575 milhões, mas R\$ 222 milhões (35%) foram gastos. **Pág. 4**

Bolsonaro rende homenagem a pedófilo em ato

A homenagem que Bolsonaro fez, na posse do general Joaquim Silva e Luna na diretoria de Itaipu, ao ex-ditador do Paraguai, Alfredo Stroessner, causou um mal estar geral dos dois lados da fronteira. Além de simpatizante do nazismo, era um perverso: Stroessner e seu entorno mantinham haréns de escravos sexuais menores de 15 anos, senais que eram raptadas.. **Pág. 3**

Ministro demite coronel atacado pelos olavistas

Após um encontro não agendado com Bolsonaro na manhã de domingo (10), no Alvorada, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou o coronel-aviador da reserva Ricardo Wagner Roquetti do cargo de diretor de Programa da Secretaria-Executiva da pasta. **P. 3**

China e Indonésia proíbem Boeing 737 Max após acidente

Pág. 7



Floriano Martins, presidente da Anfip
Para Anfip, PEC 06 é o
extermínio da Previdência

“Essa PEC é o extermínio do sistema previdenciário e sistema social do Brasil, esses dois instrumentos tão importantes previstos na Constituição Federal”, afirmou o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), Florianio Martins de Sá Neto, durante audiência pública no Senado Federal, na segunda-feira, 25, sobre a PEC 6/2019, que trata sobre a reforma da Previdência.

De acordo com Florianio, “quando o governo anuncia a economia de R\$ 1 trilhão é bom deixar claro que esse valor não sai do bolso do governo, não é uma economia que o governo faz. Esse R\$ 1 trilhão sairá do bolso de trabalhadores e de aposentados. Esse dinheiro fará muita falta no dia a dia das pessoas, dos beneficiários e de suas famílias, mas também fará falta para o próprio desenvolvimento econômico”, destacou.

“Essa forma não vai fazer o país crescer”, acrescentou, rebatendo os falsos argumentos propalados pelo governo de com a reforma o país irá crescer: “A reforma da Previdência do jeito que está proposta não vai melhorar a vida de ninguém. Vai melhorar sim a vida de alguns segmentos que são os únicos que estão ganhando hoje, que estão tendo lucro hoje no Brasil”, disse.

“A Previdência não pode ser vista apenas pelo ponto de vista dos gastos. Atenção às fake news, não se trata de tirar de quem ganha mais e dar para quem ganha menos. O problema a ser atacado é sobre as desvinculações dos valores da Previdência, das renúncias fiscais e da própria sonegação fiscal”, concluiu.

A audiência pública foi coordenada pelo senador Paulo Paim (PT/RS) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal e, além dos parlamentares, compareceram líderes sindicais, entidades e associações representativas da magistratura e dos trabalhadores do setor público e privado.

A PEC da reforma da Previdência, será analisada na Câmara pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e em seguida passará por uma comissão especial.

IBGE: mulheres ganham
20,5% menos que homens

Estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, mostra que a mulher brasileira ainda recebe menos 20,5% do que os homens.

Os dados do IBGE, relativos ao quarto trimestre de 2018, baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), consideraram apenas pessoas entre 25 e 49 anos. A disparidade entre os rendimentos médios mensais de homens (R\$ 2.579) e mulheres (R\$ 2.050) ainda é de R\$ 529. A menor diferença foi de R\$ 471,10 em 2016, quando as mulheres ganhavam 19,2% menos.

Do total de 93 milhões de ocupados, apenas 43,8% (40,8 milhões) são mulheres, enquanto 56,2% (52,1 milhões) são homens. No ano passado, a faixa etária de 25 a 49 anos totalizava 56,4 mi-

lhões de pessoas em todo o Brasil, sendo 54,7% de homens e 45,3% de mulheres. E o desemprego entre as mulheres ainda é maior: A taxa de desemprego de 11,6% no quarto trimestre de 2018, entre as mulheres foi (13,5%) contra a dos homens (10,1%).

Apesar de as mulheres trabalharem menos horas do que os homens, segundo o estudo (37h54min) contra (42h42min), a jornada de trabalho da mulher não reflete sua dupla jornada, como os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos e os idosos.

Essa realidade tem levado as mulheres a defenderem, além da igualdade salarial, creches nos locais de trabalho, a ampliação da licença-maternidade e nenhum direito a menos como prevê a Reforma da Previdência de Bolsonaro que visa ampliar a idade mínima para a aposentadoria da mulher para 62 anos.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21

Liberdade - CEP: 01509-001

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Guedes quer desvincular verbas
garantidas hoje pela Constituição



Ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou PEC em entrevista

PIB de 2018: a situação tétrica que
Guedes e Bolsonaro querem piorar

É algo surpreendente – e significativo – que nem a banda de música do neoliberalismo (aqueles comentaristas econômicos que são especializados em falar sobre tudo aquilo de que não têm a menor ideia) tenha se animado, nem por encenação, com o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) de 2018, divulgado pelo IBGE na quinta-feira (28/02).

Pelo menos até às 15h de quinta, quando fechamos esta matéria, essa turma permanecia desalentada.

Um deles – aliás, uma delas, pois foi uma senhoria – disse que era “de-sestimulante”. Uma colega acrescentou: “mesmo que a reforma previdenciária seja aprovada, os problemas não serão resolvidos”.

E mesmo? Mas o que esperavam? Que a política de Meirelles e Temer – ou a de Levy e Dilma – tirasse o país da crise? Mas foi exatamente essa política – que Guedes e Bolsonaro querem piorar – que jogou o país na crise. Dela, não se pode esperar outra coisa.

Mas, vamos lá: o que significa o 1,1% de crescimento em 2018 (sobre 2017)?

Primeiro, significa que esse “crescimento” foi praticamente o mesmo da população (cf. IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060, IBGE, 2018).

Por essa razão, o crescimento do PIB per capita foi 0,3%, o que, para todos os efeitos, é zero (cf. IBGE, Contas Nacionais Trimestrais, 4º trimestre/2018, p. 13).

Esse resultado significa, também, que a média de crescimento anual do segundo mandato Dilma-Temer foi uma queda de -1,2%.

Com os seguintes resultados anuais:

2015: -3,5%;
2016: -3,3%;
2017: 1,1%;
2018: 1,1%.

Não é possível, como se pode ver, culpar um suposto “golpe” por esse resultado. A economia já fora, sob a política de Levy e Dilma, para o buraco (desculpem, leitoras), quando houve o impeachment da presidenta.

Aliás, o que se pode dizer é o contrário: a política recessiva afundou o governo de Dilma, já balançado por seu acintoso estelionato eleitoral e pelos escândalos revelados na Operação Lava Jato.

Ou existe alguém com a opinião de que, se o país estivesse crescendo, com a presidenta gozando de uma tremenda popularidade, a base de Dilma – pois foi a maior parte da sua própria base que aprovou o impeachment – a teria destituído?

Então, se é assim, vejamos os resultados do PIB por um período um pouco mais esticado.

De 2011 a 2018, o crescimento médio anual da economia do Brasil foi de apenas 0,6%.

Em 2003, nós chamamos de “ridículo” o crescimento médio anual de 2,3% dos governos de Fernando Hen-

rique (1995-2002).

E, realmente, era e continua sendo ridículo, para um país com os recursos do Brasil.

Mas diante dos 0,6% dos governos Dilma-Temer, até o resultado de Fernando Henrique parece formidável.

Reparemos que esse resultado é o pior da História do Brasil, abaixo daquele da década de 80 – a chamada “década perdida”, quando o crescimento médio anual foi de 1,67%.

SETORES

Vejamos os componentes do PIB, em 2018, do ponto de vista da produção:

Agropecuária: 0,1%;
Indústria: 0,6%;
Serviços: 1,3%.

Trata-se de um resultado pífio – ou nem isso.

Tão pífio que o leitor, com razão, perguntará: como é possível, com esses resultados por setor, que o conjunto do PIB tenha crescido 1,1%? Excelente pergunta, leitor.

Acontece que, no cálculo do PIB, também entram os “impostos sobre produtos líquidos de subsídios”, que aumentaram 1,4%. Diz o IBGE:

“O avanço dos impostos reflete, principalmente, o crescimento em volume do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de 1,5%. Influenciaram positivamente também o aumento de 7,9% do Imposto de Importação – acompanhando o crescimento das importações e de 4,1% do IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados)”.

Voltemos, então, aos setores da economia:

Para as médias anuais, entre 2011 e 2018:

Agropecuária: 1,67%;
Indústria: -0,8%;
Serviços: 0,9%.

Os números revelam uma tremenda guerra de extermínio contra a indústria.

Melhor ainda se enxerga esse quadro, se tomarmos a participação da indústria de transformação – a indústria manufatureira – no PIB, em uma série:

2010: 15,0%;
2011: 13,9%;
2012: 12,6%;
2013: 12,3%;
2014: 12,0%;
2015: 12,2%;
2016: 12,5%;
2017: 12,2%;
2018: 11,3%

(cf. IBGE, Contas Nacionais Trimestrais, 4º trimestre/2018, p. 20, e, também PIB – var. real anual – (% a.a.) – IBGE, SCN 2000).

A indústria de transformação é o setor decisivo para o crescimento. Vale a pena acrescentar: para o crescimento “sustentado”, que não seja o famoso “voo de galinha” (v. *Salário, desenvolvimento e os saudosistas do atraso*).

No entanto, a indústria está desaparecendo, em termos de participação no PIB.

Sobre isso, vejamos alguns dados históricos, com-

parados à situação atual.

PARTICIPAÇÃO DA
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB:

1947 (Dutra): 19,89%;
1959 (Juscelino): 26,68%;
1963 (J. Goulart): 27,40%;
1975 (Geisel): 33,59%;
1987 (Sarney): 33,35%;
1992 (Collor): 26,43%;
1994 (Itamar): 26,79%;
2002 (FHC): 14,50%;
2010 (Lula): 15,00%;
2014 (Dilma): 12,0%;
2018 (Temer): 11,3%

(cf. PIB – indústria – transformação – preços básicos – % PIB – IBGE/SCN 2000 e Contas Nacionais Trimestrais, 4ºT/2018).

Esse é um quadro, quanto aos últimos anos, da desindustrialização do Brasil, ainda que bem geral.

Dizem os “neo-desenvolvimentistas” que se trata de um problema “estrutural”.

Nós diríamos que não há nada de estrutural nesse quadro, pois ele é um retrato das várias políticas econômicas de vários governos.

E, portanto, um problema político, um problema de política econômica.

MÁQUINAS

Por fim, o investimento e o consumo.

A formação bruta de capital fixo (FBCF) – isto é, o indicador de investimento – segundo as Contas Nacionais Trimestrais, aumentou 4,1%.

Esse aumento de 4,1% significou, entretanto, um aumento de míseros 0,8 ponto percentual na taxa de investimento (FBCF/PIB), que foi de paupérrimos 15% para pobríssimos (desculpe, leitor) 15,8%.

Mais: somente 38% desse aumento da FBCF corresponderam à aquisição de máquinas e equipamentos pelas empresas – e não sabemos quanto dessa aquisição é apenas para repor o desgaste das máquinas (provavelmente, segundo algumas estimativas, cerca de 2/3; no entanto, mesmo isso parece pouco, diante do marasmo no setor industrial).

A média anual de variação da FBCF para 2011-2018 é negativa: -1,9%.

Para o segundo mandato de Dilma-Temer, essa média afunda mais: para -6,1%, o que parece (e é) um despenhadeiro do investimento.

Quanto ao consumo das famílias, que cresceu 1,9% em relação a 2017, em todo o período Dilma-Temer ele cresceu apenas 1,3%, com uma queda de -1% nos últimos quatro anos.

Atualmente, o consumo está em nível inferior ao de seis anos atrás, apesar do aumento da população no mesmo período.

Sem consumo e sem investimento não existe possibilidade de crescer.

Mas é esse quadro tétrico que Bolsonaro e Guedes querem piorar – ou, melhor, dizem eles, “avancar”. Tal como na piada em que alguém à beira do abismo resolve dar, resolutamente, um passo à frente.

Poderia ser um bom plano, se eles fossem sozinhos e deixassem o Brasil em paz.

C.L.

Medida proposta por Ministro acabaria
com a reserva de verbas do orçamento
destinadas à Saúde e Educação

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou que o governo se prepara para apresentar ao Congresso uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que desvincula 100% dos gastos do Orçamento.

Isso significa que parte da receita com impostos que, constitucionalmente, devem ser destinadas à Saúde e Educação, por exemplo, deixariam de existir para que o Congresso Nacional decida - por prioridades extraordinárias ou acordos políticos - para onde vai esse dinheiro.

A intenção de desvincular as receitas já havia sido apresentada por Guedes, guru econômico de Jair Bolsonaro, ainda antes da posse. Contudo, a medida intitulada “PEC do pacto federativo” era vista como um “Plano B” para a eventual não aprovação da reforma da Previdência.

Com o apoio de uma parte da bancada parlamentar que acredita que o poder do Congresso – e a barganha política – aumentaria com a desvinculação de gastos, Guedes resolveu tirar o projeto da gaveta e quer que a PEC tramite “o mais rápido possível”. Agora, a apresentação da proposta se caracterizou como uma moeda de troca para a negociação pela aprovação da reforma da Previdência nos tenebrosos termos do governo de Bolsonaro.

“A desvinculação eu quero total. Aí vamos ver quanto dá, mas vou tentar. Os políticos têm de assumir as suas responsabilidades, as suas atribuições e os seus recursos”, disse, na entrevista ao Estado de São Paulo em que o ministro anunciou a apresentação da PEC para o próximo período.

São os gastos com Saúde e Educação – direitos fundamentais do cidadão de acordo com a Constituição - que estão especialmente ameaçados com a PEC de Guedes. Por essa obrigação constitucional, os entes federativos têm que carimbar uma parte do orçamento com gastos nessas duas áreas – e assim, garantir que a população goze dos seus direitos de acesso à atendimento público de saúde e educação.

Desde 1988, Estados e municípios têm reservados 25% do orçamento anual para gastos com Educação, 15% (municípios) e 12% (Estados) para a Saúde. Já a União, tem vinculado um percentual de 18% para a

Educação e de 13,2% para a Saúde.

Esses gastos tinham percentual fixo sobre a arrecadação do ano anterior. Contudo, uma Emenda de 2016 tirou a obrigatoriedade de destinar um percentual fixo do arrecadado com impostos, estabelecendo níveis mínimos que são corrigidos não conforme a receita do ano, mas tendo como base o valor do ano anterior, mais a inflação do período.

Ainda assim, o ministro da Economia diz que é um problema ter 96% - fatia média das despesas obrigatórias no total da despesa primária – vinculado a gastos com Saúde e Educação. O problema, na verdade, é não ter - deixando assim que um dos direitos primordiais dos cidadãos, de acordo com a Constituição, dependa da vontade política ou da situação econômica.

Também é vinculado ao orçamento os gastos com abono salarial, seguro-desemprego, pagamento de salários do funcionalismo e das aposentadorias do INSS, servidores públicos e militares. Mas, para extinguir esses gastos – e o papel do Estado em prover a seguridade social – o governo de Bolsonaro tem apresentado uma série de propostas, inclusive a quase complementar reforma da Previdência.

“São dois projetos grandes e importantes. Um entrando pelo Senado, outro pela Câmara. Eu até achava que a gente iria segurar um pouco para fazer uma coisa de cada vez. Só que a situação político-financeira de Estados e municípios está pedindo isso já”, afirmou o ministro.

Enganado é quem acha que a ideia é distribuir melhor a receita, hoje “engessada” com as despesas obrigatórias. Assim como no caso da previdência social, o objetivo é retirar recursos do povo para atingir uma meta fiscal que agrade aos bancos – conforme expressa o próprio ministro.

Outro exemplo prático de a quem serve a desvinculação de recursos do Orçamento para as áreas sociais é a chamada DRU – Desvinculação de Receitas da União – que permite desde 1990 o remanejamento livre de até 30% das receitas para, aparentemente, dar mais “flexibilidade” ao Orçamento. Contudo, o emprego desses recursos foi, sempre que possível, para pagamento dos juros da dívida pública, ou seja, para engordar os bancos.

PRISCILA CASALE

Dória anuncia redução de
impostos de montadoras

O governador de São Paulo, João Dória, anunciou na sexta-feira (8) a concessão de “incentivos fiscais” às montadoras. As benesses consistirão em descontos de até 25% no valor do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para empresas que apresentarem planos de construção ou ampliação de plantas industriais em valores superiores a R\$ 1 bilhão e geração de pelo menos 400 postos de trabalho.

E isso mesmo: quatrocentos postos de trabalho, em um estado que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), teve uma taxa de desemprego (“taxa de desocupação”) de 14,2% em 2018, superior à média nacional (11,6%).

Dória jurou de pés juntos que não pretende abrir uma “guerra fiscal” com outros estados. “Não estamos fazendo nenhuma concorrência desleal com outros estados”, asseverou.

A redução do regime tri-

butário será feita através de decreto que será editado pelo governador. De acordo com o secretário estadual da Fazenda, Henrique Meirelles, as empresas serão fiscalizadas para que executem as contrapartidas.

Quando concederem desonerações que beneficiaram principalmente as grandes empresas, notadamente as montadoras, todas estrangeiras, Lula e Dilma disseram a mesma coisa. Resultado: as empresas não investiram nenhum tostão a mais, o desemprego explodiu e as remessas de lucro para o exterior aumentaram.

A benesse fiscal foi anunciada após a montadora norte-americana Ford ter informado que vai fechar a fábrica de São Bernardo do Campo. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, serão encerradas 4 mil vagas.

A General Motors, com duas fábricas em São Paulo, também ameaçou deixar o país.



Divulgação/CNBB

Raquel Dodge: recursos públicos devem servir à população e não a ilícitos

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou que as políticas públicas devem garantir os direitos da população e reduzir as desigualdades.

“As políticas públicas devem resultar na inclusão de todos, com qualidade e contato humanitário. De modo a que ninguém esteja fora de seu alcance de proteção”, disse Dodge na quarta-feira (6), em Brasília, durante a cerimônia de lançamento da campanha da fraternidade, que em 2019 tem como tema “Fraternidade e Políticas Públicas”.

Criada em 1962 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a campanha é apresentada todo ano na quarta-feira de cinzas, quando tem início a Quaresma, período de 40 dias que antecede a Páscoa. O tema deste ano tem o objetivo de estimular a população a se envolver na formulação de políticas públicas.

Segundo a procuradora-geral, a execução de políticas públicas eficazes passa diretamente pelo combate à corrupção. Raquel Dodge destacou que o dinheiro público desviado pela corrupção deixa de ser usado em sua função original, que é atender a população.

“Zelar para que não haja corrupção é uma forma de zelar para que a arrecadação de impostos não seja tão elevada, mas, sobretudo, é uma forma de zelar para que o dinheiro dos impostos, que deve financiar políticas públicas, seja gasto apenas com elas, e não para enriquecer ilicitamente os corruptos, os que desviam recursos públicos”, assinalou.

A procuradora-geral sublinhou que esta edição da campanha “toca em uma dimensão da fraternidade que fala ao Estado brasileiro, aos gestores públicos, aos serviços públicos que todos utilizamos ou são postos à nossa disposição e a todos os cidadãos da sua atuação no campo da política”. Ela ressaltou ainda que o tema “toca na esperança dos brasileiros, nas suas perplexidades, em suas dores e expectativas de solução para problemas concretos que enfrentam no cotidiano de suas vidas”.

“Estou segura de que esta Campanha fortalecerá políticas públicas de qualidade, comprometidas com a proteção devida a todos, sobretudo aos mais frágeis e marginalizados. E, nos passos do Papa Francisco, também concluo: ‘A força da fraternidade [...] é a nova fronteira do cristianismo’ e da humanidade”, finalizou.

Ela exemplificou algumas situações para as quais as políticas públicas inadiáveis: “os que sofrem de doenças raras ou incuráveis, que necessitam de mais pesquisa científica ou de medidas que aliviem a dor; com os que padecem de doenças críveis ou controláveis e necessitam de diagnóstico mais rápido, de medicamentos constantes e de assistência mais próxima de suas casas; com os que perdem a vida em estradas mal preservadas e mal sinalizadas; com os que sofrem sede de água potável ou são forçados a sobreviver com acesso precário ou águas impróprias para consumo humano; com os que precisam de educação de qualidade, para romper o ciclo da miséria e para garantia do desenvolvimento nacional”.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Juíza condena Paulo Preto a mais 145 anos e 8 meses

A sentença de 145 anos e oito meses de cadeia (mais “pagamento de 4.320 dias-multa, aumentados ao triplo, fixando-se cada dia-multa em cinco salários mínimos vigentes à época do fato”), que a juíza Maria Isabel do Prado fixou para Paulo Vieira de Souza, o “Paulo Preto”, operador do PSDB, é proporcional à completa falta de escrúpulos do réu, em desviar dinheiro destinado a reassentar moradores de baixa renda, deslocados por obras públicas em São Paulo.

Foi condenado à mesma pena José Geraldo Casas Vilela, o então chefe da área de reassentamento da Dersa – a estatal rodoviária de São Paulo, da qual “Paulo Preto” era diretor.

A filha de Paulo Vieira de Souza, a psicanalista Tatiana Arana Souza Cremonini, foi condenada a 24 anos e três meses de cadeia (mais “pagamento de 600 dias-multa, fixando-se cada dia-multa em cinco salários mínimos vigentes à época do fato”) por incluir suas empregadas domésticas, “e até mesmo uma funcionária da empresa de seu marido”, como beneficiárias do desvio operado por seu pai, “sabendo que tais pes-

soas não preenchiam os requisitos necessários para receber o benefício, pois não residiam na região do entorno das obras, não fazendo jus, assim, a qualquer tipo de indenização”.

A funcionária terceirizada da Dersa, Mércia Ferreira Gomes, que colocava os nomes dos beneficiários fraudados no sistema da estatal, foi condenada a “12 anos e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, substituída por duas penas restritivas de direito, e pagamento de 189 (cento e oitenta e nove) dias-multa, fixando-se cada dia-multa em 1/30 avos do salário mínimo vigente à época do fato”.

Três testemunhas que prestaram depoimento comprovadamente falso foram encaminhadas ao Ministério Público, para processo.

Além disso, a juíza determinou a devolução de R\$ 7.725.012,18 (sete milhões, setecentos e vinte e cinco mil e doze reais e dezoito centavos) e o confisco de bens de Paulo Vieira de Souza, de sua filha Tatiana Arana Souza Cremonini e de José Geraldo Casas Vilela.

Leia o texto na [integro em www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

C. L.

Derrotar Bolsonaro e seu pacote de maldades, diz Orlando Silva

Agência Câmara



Uma unidade mais ampla se faz necessária, convoca o líder do PCdoB-SP Bolsonaro se complica ao falar do aumento nas despesas com os cartões corporativos

Bolsonaro queria explicar o aumento nas despesas com cartões corporativos da presidência da República, mas reforçou a polêmica sobre gastos exorbitantes com dinheiro público para atender necessidades pessoais e de sua família ao fazer confusão acerca da base de dados utilizada na comparação.

Em uma transmissão ao vivo no Facebook, na última quinta-feira (7), ele tentou contestar uma reportagem publicada pelo jornal “O Estado de S. Paulo” que revelava um aumento de 16% nos gastos com cartões corporativos. No vídeo,

Bolsonaro diz que a matéria compara janeiro de 2019 com janeiro de 2018, alegando que a alta dos gastos com cartões se deve às despesas com sua posse na presidência.

A reportagem, porém, comparou o período inicial do governo com a média dos últimos quatro anos. “Os gastos com cartões corporativos da presidência da República nos dois primeiros meses do governo Jair Bolsonaro aumentaram 16% em relação à média dos últimos quatro anos, já considerada a inflação no período. Apesar de ter seu fim defendido durante a transição, a

nova gestão não só manteve o uso dos cartões como foi responsável por uma fatura de R\$ 1,1 milhão”, diz o texto.

O cálculo da matéria para chegar ao percentual de aumento nas despesas levou em consideração os pagamentos vinculados à Secretaria de Administração da Presidência da República, que incluem os gastos relacionados ao presidente, como despesas familiares, das residências oficiais e até mesmos pagamentos corriqueiros da presidência.

Leia a íntegra em www.horadopovo.org.br

Da homenagem ao pedófilo à demissão do embaixador

Norberto Duarte/AFP



Bolsonaro com Mario Abdo, presidente do Paraguai e filho do secretário do ditador Alfredo Stroessner

foram exiladas – em um país com população 30 vezes menor que a do Brasil. Stroessner era um ladrão como poucos houve. A diferença de sua quadrilha para, por exemplo, a de Fujimori, no Peru, foi que a dele esteve no poder mais de três décadas no Paraguai.

Além de simpatizante do nazismo, era um perverso: Stroessner e seu entorno mantinham haréns de escravas sexuais menores de 15 anos, meninas que eram raptadas.

Aqui, remetemos o leitor ao testemunho de uma das vítimas: <https://youtu.be/C1-hpKuKFls>. Além disso, [v. Un tour por los cinco lugares donde se consumió la pedofilia dictatorial; “Aunque los vecinos lo callan, en este lugar estuvo el harén de Stroessner”; “El dictador Stroessner violaba a unas cuatro niñas por mes”; e El supremo pederasta.](#)

Esse foi o sujeito que Bolsonaro elogiou: “Tudo isso [Itaipu] foi possível com um homem de visão,

um estadista, minha homenagem em honra ao general Alfredo Stroessner”.

Honra? Stroessner, por sinal, não teve qualquer participação em Itaipu, exceto concordar com os planos – e os termos – do governo brasileiro de então, por sinal, desfavoráveis ao seu país.

NOITES DO ITAMARATY
A lista de acontecimentos surrealistas, mencionada acima, é possível, hoje, acrescentar a demissão do embaixador Paulo Roberto de Almeida da presidência do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (Ipri), do Itamaraty, no sábado de carnaval.

O embaixador Almeida é um homem (v. o seu blog, [Diplomatizzando](#)) com posições, digamos, à direita do seu ídolo, o falecido Bob Fields – isto é, Roberto Campos –, que foi embaixador e mandachuva econômico no primeiro governo da ditadura.

Leia o texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

C. L.

Ministro de laranja do PSL recua e Fux ratifica

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, decidiu na sexta-feira (8) pelo arquivamento da ação na qual o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, pedia para transferir ao STF as investigações sobre o uso de candidatas laranjas do PSL nas eleições do ano passado. Atualmente, as apurações tramitam na Justiça Eleitoral em Minas Gerais.

A defesa de Álvaro Antônio alegou ao STF que ele deveria ser investigado no tribunal, pois os delitos investigados foram cometidos no exercício do mandato de deputado federal e em função do cargo. Em maio do ano

passado, o STF restringiu o foro privilegiado de parlamentares nestas situações.

Fux havia negado o pedido no último dia 26 de fevereiro, rejeitando o foro para o privilegiado para o ministro. A defesa recorreu para levar a questão ao plenário. Depois, porém, desistiu do recurso ao ver que o desgaste seria ainda maior.

O ministro Fux homologou o pedido de desistência do recurso apresentado pelos advogados de Álvaro Antônio e arquivou a ação.

“O reclamante, por meio da Petição nº 11489/2019, requer a desistência do recurso inter-

posto em face da decisão que negou seguimento à presente reclamação. Dessa forma, com fundamento nos artigos 21, VIII, do RISTF, homologo o pedido de desistência e julgo extinto o processo. Certifique-se o trânsito em julgado do presente feito. Publique-se. Arquive-se”, determinou Fux.

A investigação sobre o uso de candidatas laranjas pelo PSL em Minas Gerais nas eleições do ano passado apura irregularidades no repasse de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha a quatro candidatas a deputado estadual e federal, com votações pouco expressivas.

Derrotar Bolsonaro e seu pacote de maldades, diz Orlando Silva

Neste artigo, o líder do PCdoB na Câmara dos Deputados afirma que “as pautas obscurantistas e irracionais promovidas pelo governo são gravíssimas”

POR ORLANDO SILVA (*)

Ao completar míseros dois meses o governo de Jair Bolsonaro é uma usina infundável de crises, produzidas por ele próprio, por seus filhos ou pelo núcleo de ministros identificados com o chamado clã Bolsonaro – facção do poder e de apoiadores ligados por uma crença pré-iluminista que chamam de ideologia.

Corre que são tantas e tão diversas as crises, numa profusão estonteante, que já há quem pergunte se não há método nessa loucura. Explico: enquanto o presidente e seu clã escandalizam o mundo com seu flagrante despreparo e mobilizam o exército do obscurantismo, com a mão do gato a área econômica do governo vai impondo um pacote sujo antitrabalhador e antissindical.

No último dia 1º de março, às vésperas do Carnaval e enquanto o Brasil esconjurava a mensagem desumana de Eduardo Bolsonaro sobre a morte do neto de Lula, era editada a MP/873, que ataca frontalmente a liberdade de associação e o financiamento do movimento sindical. Publicada à sorrelfa, a medida altera drasticamente os mecanismos atuais de cobrança das contribuições individuais e coletivas, chegando ao cúmulo de instituir a obrigatoriedade de pagamento por boleto bancário.

A “novidade” vem para completar o estrangulamento financeiro do movimento promovido por Michel Temer na malsinada reforma trabalhista, quando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi espartilhada atendendo a sanha do capital em detrimento do trabalho.

Na Quarta-Feira de Cinzas o assunto mais comentado em todos os botecos e vielas do país foi a escandalosa e escatológica postagem feita pelo presidente em suas redes, levando ao mundo uma mensagem depreciativa do Carnaval brasileiro.

No entanto, passou quase despercebido que o governo, na figura de Rogério Marinho, aquele que relatou a reforma trabalhista, informou que planeja enviar ao Congresso uma Emenda Constitucional acabando com a unicidade do movimento sindical na base, modelo que o estrutura historicamente. Tal medida representaria a pulverização da representação dos trabalhadores em uma miríade

de micro sindicatos, sem força real na base, legitimidade e autonomia para negociar à vera com patrões e entidades patronais os interesses de cada categoria.

O governo faz essa ofensiva visando enfraquecer e dividir o movimento justamente quando os sindicatos e as centrais se preparam e buscam a unidade para enfrentar o ataque maior aos direitos: a inclassificável Reforma da Previdência enviada por Bolsonaro ao Congresso. Aliás, “reforma” tão draconiana que avança até mesmo sobre o direito à aposentadoria dos trabalhadores rurais, pensões e benefícios de idosos carentes.

As pautas obscurantistas e irracionais promovidas pelo governo são gravíssimas, mostram despreparo e nenhum pudor republicano na administração do país. Servem para Bolsonaro alimentar suas milícias de internet, que não se desmobilizaram pós-campanha e mantêm uma clara disposição de perseguir adversários políticos. Combater esse tipo de ação detestável é um dever democrático e até mesmo civilizatório, que ultrapassa as clássicas divisões políticas que marcaram o país no último período.

Mas isso não pode vender nossos olhos para outras ameaças também reais e urgentes. O governo elegeu como inimigos e movimentou a máquina para aniquilar os trabalhadores, os poucos direitos que ainda restam e as organizações sindicais. Esse é o objetivo final do pacote antipopular e antissindical, que tem na Reforma da Previdência a sua pedra angular.

A unidade mais ampla possível se faz necessária para enfrentar esse pacote de maldades, até porque a derrota do governo nessas pautas fortalecerá a luta popular e seus instrumentos e produzirá um racha na sustentação política de Bolsonaro. Não temos o direito à dispersão.

(*) Líder do PCdoB na Câmara Federal

Fonte: Portal Vermelho

“Reforma da Previdência é um desastre para o povo”, afirma o governador do Maranhão

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), afirmou que a reforma da Previdência proposta por Bolsonaro é uma agressão contra os mais pobres, além de inócua ante as altas taxas de juros praticadas no país e o baixo crescimento do Produto Interno Bruto.

“A reforma da Previdência, tal como proposta, é um desastre: desconstitucionalização, regime de capitalização, agressão contra mais pobres. E não resolve nada, enquanto tivermos essa absurda taxa de juros, muito maior do que nossos índices de crescimento do PIB”, disse.

Em sua conta no Twitter, Flávio Dino destacou que a PEC 6/2019 coloca em risco toda a rede de proteção social dos brasileiros, quando estabelece

que as mudanças nas regras previdenciárias passarão a ser feitas por lei complementar, ou seja, retira da Constituição o regramento futuro da reforma.

O governador se refere ao quorum necessário para aprovar uma lei complementar. Para se alterar a Constituição, são necessários os votos de três quintos dos parlamentares, após dois turnos na Câmara e no Senado: 308 deputados federais e 49 senadores. Já a lei complementar exige maioria absoluta.

Ele também criticou o sistema de capitalização, que acaba com o atual regime de repartição, pelo qual todos contribuem de forma solidária, criando uma poupança individual em que cada trabalhador faz um fundo para sua própria aposentadoria.

A mando de Bolsonaro, Véléz demite coronel que foi atacado por olavistas

Após um encontro não agendado com Bolsonaro na manhã de domingo (10), no Palácio da Alvorada, o ministro da Educação, Ricardo Véléz Rodríguez, exonerou o coronel-aviador da reserva Ricardo Wagner Roquetti do cargo de diretor de Programa da Secretaria-Executiva da pasta.

A determinação veio após críticas de Olavo de Carvalho a Roquetti no Twitter. Integrantes do grupo olavista divulgaram nas redes sociais que Bolsonaro ordenou ao ministro, indicado ao cargo pelo astrólogo e autoprocla-

mado “filósofo”, o afastamento do diretor.

Na sexta-feira (8), Olavo falou sobre uma “zona no MEC” e que Roquetti influenciava negativamente Ricardo Véléz ao “afastar o ministro de pessoas próximas ligadas a ele”, em referência a alunos e integrantes que compartilham de suas ideias.

Nas redes sociais, ele escreveu que militares induzem Véléz a tomar “atitudes erradas” e lançam a culpa nos seus alunos.

Continue lendo em www.horadopovo.org.br

‘Entrega da Embraer para Boeing envolve interesses inconfessáveis’

Presidente da Abradin aponta que a múlti Boeing tem sérios problemas com seu Boeing 737-MAX. O mesmo modelo que caiu recentemente na Etiópia

O economista Aurélio Valporto, presidente da Associação dos Investidores Mino- ritários do Brasil (Abradin), afirmou que a entrega da Embraer para a Boeing é um negócio lesivo aos interesses nacionais, que atende priori- tariamente à necessidade da fabricante de aviões norte- -americana de superar o atra- so tecnológico que a colocou em desvantagem no segui- mento de jatos para suprir o cobiçado mercado internacio- nal de aviação regional.

“A verdade é que o departa- mento de projetos da Boeing está velho e ultrapassado, seus projetos não têm condições tecnológicas de concorrer com as novas versões do A320 (produzidos pela Airbus)”, destaca Valporto. O presidente da Abradin adverte, em artigo publicado no portal Viul, que interesses obscuros envolvem a entrega da Embraer para a fabricante de aviões dos EUA.

“Está claro que qualquer um que conheça as ‘entra- nhas’ desta verdadeira nego- ciata e ainda assim defenda a concretização das negociações está, na verdade, defendendo interesses inconfessáveis”, denuncia o economista.

Aurélio Valporto aponta que a Boeing teve sérios problemas com seu Boeing a 737-MAX, a quarta geração da família 737, “que resultaram não somente numa turbina menos eficiente por conta de problemas de projeto no trem de pouso mas, aparentemente, problemas eletrônicos e de projeto graves que resultaram em acidentes fatais que resultaram na morte de todos os ocupantes”.

“Por outro lado, a Embraer tem um corpo de projetistas extremamente capacitado, bem como projeta e fabrica trens de pouso, através da sua subsidiária ELEB, uma das co- biças da Boeing para resolver suas deficiências em trens de pouso. No entendimento de muitos engenheiros da própria

Embraer, ela é a única empre- sa capacitada a concorrer com a Airbus no segmento de 150 a 220 passageiros no futuro próximo, uma vez que, com o fracasso de projeto do 737-MAX, a Boeing não tem mais esta capacidade”, diz.

O presidente da Abradin avalia que, por estar em des- vantagem na disputa com a rival francesa, a compra da Embraer passou a ser uma prioridade para Boeing, e não só a divisão de jatos co- merciais, mas todo o corpo de projetistas, que são os mesmos que projetam aeronaves mili- tares e executivas.

“Como está também no pacote, a ELEB, subsidiária da Embraer que fabrica trens de pouso, com ela a Boeing gan- hará capacidade de projetar e desenvolver trens de pouso, um dos ‘calcanhares de Aquil- es’ de seus aviões”, enfatiza.

Valporto alerta ainda que a divisão de projetos militares da companhia brasileira ficará seriamente comprometida, uma vez que “não existe di- ferença entre corpo de proje- tistas de aeronaves militares e civis”. Ele observa que os técnicos são os mesmos que projetam asas e fuselagens para aviões civis e militares e que, portanto, dizer que a Embraer ficará com estes seg- mentos é uma falácia. “Com a perda do setor de projetos, ela perderá a capacidade de pro- jetar e desenvolver qualquer tipo de aeronave”, observou.

“Como se não bastasse, o acordo prevê ainda a trans- ferência, também, da linha de produção do novo jato de transporte militar da Embraer, o KC-390, para os Estados Uni- dos. É interessante notar que a Boeing não garantiu a venda de um único avião KC-390, não apresentou uma única encomenda, mas vai transferir a linha, de propriedade do go- verno brasileiro, da FAB, para os EUA bem como se apossará das licenças de propriedade da FAB”, denuncia.

Forte chuva na Grande SP deixa ao menos 12 mortos

A forte chuva que começou na noite de domingo (10) e se estendeu pela madrugada desta segunda-feira (11) provocou alagamentos e deslizamentos em diversas regiões da Grande São Paulo. Ao menos 12 pessoas morreram por conta das chu- vas, dentre eles, um bebê de 1 ano e 2 meses de idade.

Os lugares mais afetados fo- ram os bairros de Vila Prudente e do Ipiranga na capital paulista e as cidades da região do ABC. Os bombeiros contabilizaram, entre 0h e 6h, 601 ocorrências de enchentes, 34 quedas de árvore, 54 ocorrências de desabamento e três deslizamentos graves.

Bombeiros resgataram mo- radores ilhados com botes e com o helicóptero Águia. Um dos membros de uma família retirada de casa carregava um gato nas mãos na hora do res- gate. No ABC, diversas famílias foram içadas pelo cesto de res- gate e levadas dos telhados de suas casas a um local seguro.

Em Ribeirão Pires, o desa- bamento de uma casa deixou quatro mortos. Outras duas pessoas morreram afogadas nas águas do Córrego Taman- duatei, na Avenida do Estado. Uma outra morte foi registrada no bairro Taboão, em São Ber- nardo do Campo, no ABC.

Em Embu das Artes, na Grande São Paulo, o desliza- mento de terra sobre uma casa deixou três pessoas soterradas. Os pais sobreviveram, mas a criança de 1 ano e 2 meses morreu no Hospital Geral de Itapequerica da Serra, segundo a Defesa Civil estadual.

Na região do Ipiranga, o rio Tamanduaté transbordou alagou tudo ao entorno, carros foram levados pela força da água, outros ficaram ilhados obrigando seus ocupantes a subirem no teto enquanto aguardam resgate.

Diversos pontos da região metropolitana ficaram intrans- sitáveis. A circulação de trens ainda permanece parcialmente comprometida, com linhas sem funcionar e sem previsão de retorno.

PREFEITURA GASTOU UM TERÇO DO ORÇAMENTO

A falta de enfrentamento aos problemas da cidade de São Paulo é alarmante. A política de arrocho e contingenciamento de verbas pode ter agravado a crise. Nos últimos dois anos, a Prefeitura de São Paulo gastou apenas um terço da verba desti- nada para obras de drenagens e monitoramento de enchentes.

Em 2017 e 2018, dos R\$ 824 milhões destinados à realiza- ção de drenagens, só R\$ 279 milhões (38%) foram gastos. Em obras e monitoramento de enchentes, estavam previstos R\$ 575 milhões, mas R\$ 222 milhões (35%) foram gastos.

Nesta segunda-feira, o atual governador do estado João Dória (que abandonou a Pre- feitura em abril de 2018 para concorrer ao governo), pediu que as pessoas ficassem em suas casas nas próximas, para evitar outras tragédias.

O atual prefeito, Bruno Co- vas, havia se licenciado do cargo após o carnaval sem apresentar justificativa. Na tarde desta segunda-feira, Covas suspen- deu a licença não remunerada e deve retornar ao cargo na terça-feira. Ele ainda não deu declarações sobre a tragédia.

Em nota, a Prefeitura infor- mou que Covas reassume nesta terça-feira (12). “Depois de determinar a criação do Comitê de Crise e acompanhar todas as ações dos secretários para diminuir o impacto causado pela forte tempestade durante a madrugada e a manhã de hoje, o prefeito reassume o cargo a par- tir desta terça-feira”, diz a nota.



Na foto acima, o cargueiro KC-390 da Embraer. Abaixo, o modelo Boeing 737 MAX8, idêntico às aeronaves que caíram recentemente

Número de mortos pela Vale em Brumadinho chega a 197; 111 ainda estão desaparecidos

O número de mortes identifica- das causadas pelo rompimento da barragem de Brumadinho subiu para 197, conforme informou a Defesa Civil de Minas Gerais. 111 pessoas seguem desaparecidas.

Apesar das buscas não terem parado durante o carnaval, os nú- meros não eram atualizados desde 28 de fevereiro, quando ainda eram inferiores em uma dezena.

Completados 45 dias de buscas na região soterrada pela lama, o Corpo de Bombeiros afirmou que as buscas seguirão por tempo indeterminado. A corporação hoje conta com 73 máquinas de busca e 138 militares, que atuam em 20 frentes.

A identificação dos corpos e segmentos corpóreos está aconte- cendo através de testes de DNA, método muito preciso, mas que demora mais para dar resultados.

O Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) está investigan- do os crimes cometidos pela Vale

na contratação de empresas para apresentar o laudo técnico sobre a barragem de Brumadinho.

A primeira empresa contratada foi a Tractebel. Porém, em setem- bro de 2018 ela afirmou que não era possível declarar estabilidade na barragem. Foi então que a Vale trocou de empresa, recorrendo à Tuv Sud.

A empresa alemã deu um pa- recer favorável à Vale, afirmando que havia estabilidade na bar- ragem, apesar de ser mentira. Um dos engenheiros da empresa, Makoto Namba, que foi preso du- rante as investigações, afirmou ter sido pressionado pela mineradora.

Segundo a coordenadora da força-tarefa que investiga o caso, Andressa Lanchotti, “a área de ge- otecnia corporativa da Vale atuou de forma sistemática para alcançar declarações de estabilidade de barragens de estruturas que não atendiam aos parâmetros legais e estipulados pela própria empresa”.

Filme “O Vento Será Tua Herança” abre a Mostra Democrática Cinema com Partido

Com a exibição de “O Vento Será Tua Herança”, de Daniel Petrie (1999) foi inaugurada, neste sábado (09), a Mostra Democrática “Cinema com Partido”, no Cine- Teatro Denoy de Oliveira. O filme foi o carro chefe da mostra e lotou o teatro localizado no Bixiga.

O filme é baseado em um caso real de 1925 – o chamado “Proces- so do Macaco de Scopes”, onde um professor de uma escola pública de ensino médio em uma pequena ci- dade do Tennessee, EUA, foi proces- sado pelo Estado por ter ensinado a teoria de Darwin da evolução da espécie, por contrariar os dizeres bíblicos. Apesar de toda a pressão por parte da igreja e dos religiosos conservadores, o professor e seu advogado escancararam o absurdo da lei sobre a qual se apoiava a acusação.

Ao fim da exibição, o presidente da UMES, Lucas Chen, e o bioan- tropólogo Walter Neves, cientista brasileiro especialista em evolução humana, que está vinculado ao Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), conduziram um debate sobre as questões políticas e científicas apresentadas pelo filme.

Walter, quando questionado sobre o caráter do projeto “Escola sem

Partido”, afirmou ser “exatamente o que acontece no filme. O professor é perseguido por apresentar uma ideia científica”.

Para o pesquisador, toda escolha individual entre o criacionismo, pro- posto pelas igrejas, e o evolucionis- mo, proposto pela ciência, “deve ser bem informada. Todo aluno deve ser exposto ao pensamento científico, e isso inclui a teoria evolucionista”.

ESCOLA SEM PARTIDO

“Esse filme mostra justamente uma situação na qual a liberdade de expressão e a diversidade de ideias eram proibidas. Não está nada dis- tante da proposta ‘Escola sem Par- tido’, que na prática tolera apenas o pensamento de quem apresenta está barbaridade”, afirmou o pre- sidente da entidade secundarista, Lucas Chen.

“Muito além do debate sobre políticas públicas, partidos e ideolo- gias, este projeto cerceia o desenvol- vimento da ciência e a divulgação da mesma, com a negação das teses de Galileu, que será tema do próximo filme”, ressaltou.

O próximo filme será “A Vida de Galileu”, dirigido por Joseph Losey (1975), na Inglaterra. A mostra está acontecendo aos sábados, às 10h, no Cine-Teatro Denoy de Oliveira, no Bixiga, centro de São Paulo.



Após a exibição do filme foi realizado debate com o cientista Walter Neves



Bolsonaro, com Mario Abdo, presidente do Paraguai e filho do secretário de Stroessner

Da homenagem ao pedófilo à demissão do embaixador

A homenagem que Bolsonaro fez, na posse do ge- neral Joaquim Silva e Luna na diretoria de Itaipu, ao ex-ditador do Paraguai, Alfredo Stroessner, causou um mal estar geral dos dois lados da fronteira.

É verdade que o presidente do Paraguai, Mario Abdo, que é filho do secretário de Stroessner, até gostou – ou fingiu que gostou, pois Stroessner, que está há 12 anos dando coices no Inferno (morreu no exílio, infelizmente, em Brasília), não é patrono que se recomende no Para- guai nem em lugar algum.

Até mesmo a imprensa conservadora pulou. Por exemplo:

“A semana passada foi outra surreal. O presidente Jair Bolsonaro elogiou o ditador sanguinário, corrupto e pedófilo Alfredo Stroessner, o ministro Vélaz Rodriguez trocou a ‘escola daquele partido’ pela ‘escola deste parti- do’, o motorista Fabrício Queiroz disse que ‘gerenciava’ as contas do gabinete de Flávio Bolsonaro no Rio, sem que ele soubesse. Nesse ambiente, Sérgio Moro caiu do pedestal de superministro, desautorizado a nomear a mera suplente de um mero conselho” (Eliane Catanhede, OESP/ 03/03/2019).

Durante os 35 anos da ditadura de Stroessner, houve 3 mil mortos, 336 desaparecidos, 19.862 pessoas foram pres- as, 20 mil foram torturadas e 3.479 foram exiladas – em um país com população 30 vezes menor que a do Brasil.

Stroessner era um ladrão como poucos houve. A diferença de sua quadrilha para, por exemplo, a de Fu- jimori, no Peru, foi que a dele esteve no poder mais de três décadas no Paraguai.

Além de simpatizante do nazismo, era um perverso: Stroessner e seu entorno mantinham haréns de escravas sexuais menores de 15 anos, meninas que eram raptadas. Aqui, remetemos o leitor ao testemunho de uma das vítimas: <https://youtu.be/C1-hpKuKfLs>.

Além disso, v. [Un tour por los cinco lugares donde se consumió la pedofilia dictatorial: “Aunque los vecinos lo callan, en este lugar estuvo el harén de Stroessner”; “El dictador Stroessner violaba a unas cuatro niñas por més”; e El supremo pederasta](#)).

Esse foi o sujeito que Bolsonaro elogiou: “Tudo isso [Itaipu] foi possível com um homem de visão, um estadista, minha homenagem em honra ao general Alfredo Stroessner”.

Honra?

Stroessner, por sinal, não teve qualquer partici- pação em Itaipu, exceto concordar com os planos – e os termos – do governo brasileiro de então, por sinal, desfavoráveis ao seu país.

NOITES DO ITAMARATY

À lista de acontecimentos surrealistas, mencionada acima, é possível, hoje, acrescentar a demissão do em- baixador Paulo Roberto de Almeida da presidência do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (Ipri), do Itamaraty, no sábado de carnaval.

O embaixador Almeida é um homem (v. o seu blog, [Di- plomatiz-zando](#)) com posições, digamos, à direita do seu ídolo, o falecido Bob Fields – isto é, Roberto Campos -, que foi embaixador e mandachuva econômico no primeiro governo da ditadura.

Almeida tem a opinião, entre outras coisas, que a diplomacia do PT estava errada, porque não tinha como centro os EUA. Aliás, às vezes ele passa a impressão de que considera o que chama de “tulopetismo” uma variante do nacionalismo ou do comunismo.

Então, por que ele foi demitido?

Porque, apesar de seus predicados ideológicos, não é uma besta quadrada. Almeida tem algum lustro de cultura – e não é doido, a ponto de negar a realidade completamente.

O ministro Araújo demitiu Almeida por ter publicado três textos, em seu blog pessoal: uma palestra de Rubens Ricupero, um artigo de Fernando Henrique Cardoso – ambos ex-ministros das Relações Exteriores – e um artigo do próprio Ernesto Araújo, escolhendo com os anteriores (como diz Almeida: “claro, teci comentários”).

Durante todo o tempo em que era um diplomata júnior – isto é, até a posse de Bolsonaro – Araújo publicou o que quis em seu blog, inclusive os maiores absurdos (v. [Para chanceler de Bolsonaro, voltar à Idade Média é bom](#)).

Mas, agora, quer proibir os diplomatas de fazerem o que ele fez.

Após a publicação dos três textos em seu blog, Al- meida recebeu um telefonema do chefe de gabinete do ministro, Pedro Gustavo Ventura Wolny, “reclamando das minhas postagens”.

Logo, Almeida foi demitido.

Diz ele que desconfia que houve outro motivo para a demissão: a postagem, em seu blog, intitulada “*Funda- mentalistas de esquerda e de direita não só se parecem, como são exatamente iguais*”, acompanhada das conside- rações do deputado Eduardo Bolsonaro sobre a possibi- lidade de Lula comparecer ao velório de seu neto: “*Lula é preso comum e deveria estar num presídio comum. Quando o parente de outro preso morrer ele também será escoltado pela PF para o enterro? Absurdo até se cogitar isso, só deixa o larápio posando de coitado*”.

Depois da demissão, o astrólogo Olavo de Carvalho publicou mensagem do ministro Araújo, onde este diz: “*Almeida já vinha falando e postando muita coisa contra a nova política externa (nunca a favor), e eu tole- rava, mas desta vez ele passou dos limites*”.

Resposta de Almeida:

“Creio saber o que ele não tolera mais, ao dizer que eu passei dos limites. Creio que se refere a esta posta- gem que fiz sobre um comentário debilóide do Olavo de Carvalho que não faz absolutamente nenhum sentido do ponto de vista do comércio internacional. Eu tenho certa alergia à burrice, o que me leva a reagir quando leio ou ouço absurdos desse tamanho. Confirmam esta postagem que fiz dois ou três dias atrás:

Olavices debilóides:
Certas coisas precisam ser relidas para constatar que, efetivamente, estamos em face de uma demonstra- ção explícita de debilidade mental:

“*Por que o período de nosso maior comércio com a China foi também o de maior decadência social, econômica, política e moral do Brasil?*

“*Pura coincidência?*

“*Qual país a China enriqueceu, general Mourão?*

“*Olavo de Carvalho*”

Como a China continua a ser, a despeito do que possa pensar o sofista da Virgínia, nosso maior par- ceiro comercial, esse gênio da economia e do comércio imoral está afirmando, implicitamente, que o governo Bolsonaro continua empurrando o Brasil para a “de- cadência social, econômica, política e moral”.

É essa inteligência suprema que orienta a política externa do presente governo?

Pois é.

OAB/SP: “MP 873 atenta contra princípios constitucionais da liberdade e autonomia sindical”

A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de São Paulo (OAB-SP), divulgou nota técnica contra a Medida Provisória nº 873/2019, editada por Bolsonaro na sexta feira (1), que “atenta contra os princípios constitucionais da liberdade e autonomia sindical, esvaziando a densidade dos preceitos constitucionais que garantem a autonomia e a liberdade sindical”.

A entidade analisa a MP destacando três pontos “I) do ponto de vista formal; II) do mérito, III) das ideias.”

Partindo do ponto de vista formal, a nota destaca que a MP 873/2019 é inconstitucional, pois não possui urgência e relevância a autorizar para a edição de uma MP, conforme exige o art. 62 da Constituição Federal (“Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.”).

“Isto porque, não se identifica nenhuma situação extraordinária ou de anomalia no sistema, tampouco de anormalidade ou ruptura no plano da vida real quanto a matéria a autorizar a edição de medida excepcional.”

Já sobre o mérito da matéria, a nota diz que “a MP 873/2019 atenta contra os princípios constitucionais da liberdade e autonomia sindical, esvaziando a densidade dos preceitos constitucionais que garantem a autonomia e a liberdade sindical, ao proibir ao Estado sua intervenção e interferência (incisos I, III e IV do art. 8º e inciso VI do art. 37 da Constituição Federal) na forma de organização e administração financeira das entidades sindicais”.

A entidade enfatiza ainda que “o inciso IV do art. 8º da CF menciona expressamente a cobrança através de desconto em folha” e a Medida Provisória 873 institui o pagamento via boleto bancário ou equivalente eletrônico.

“Já o inciso VI do art. 37 da CF, com relação aos servidores públicos, estabelece que: “é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical”, completa a nota.

A nota diz ainda que o art. 5º da Constituição Federal veda “a interferência estatal no quesito funcionamento das associações, inclusive, de classe como são as entidades sindicais”.

Além disso, “do ponto de vista individual do próprio trabalhador, estaria sendo interditada, sem nenhuma justificação plausível, a sua manifestação de vontade e de iniciativa, a sua autonomia da vontade e liberdade dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa interditando a vontade do indivíduo, desautorizando que o mesmo regule conforme sua livre iniciativa”.

Do ponto de vista das idéias, para a entidade a MP gera “perplexidade”, pois desde a reforma trabalhista aprovada por Temer em 2017 (Lei 13.467/2017) é permitido que o acordado entre patrão e empregado se sobreponha ao legislado, numa situação que envolve subordinação e fragilidade de uma das partes, no caso, do trabalhador “que por conta dessa condição especial é que se justifica a prevalência do legislado”.

Contudo, “o fato é que a MP 873/2019 estabelece que o legislado prevalece sobre o negociado, justamente, numa relação entre sindicato e trabalhador que não envolve a subordinação”, encerra a nota.

A nota é assinada pelo presidente do Conselho Seccional da OAB-SP, Caio Augusto Silva dos Santos, e por Jorge Pinheiro Castelo, presidente da Comissão Especial de Direito do Trabalho da OAB-SP.

Mulheres serão as mais afetadas com reforma da Previdência de Bolsonaro



“O governo desconsidera completamente na proposta o trabalho doméstico não remunerado que, ainda hoje, a mulher exerce nos cuidados com a casa e com a família”, afirma a COBAP

Centrais lançam documento conjunto contra MP antissindical de Bolsonaro

As centrais sindicais divulgaram nota conjunta, na quinta feira (7), em repúdio à edição da Medida Provisória 873, publicada por Bolsonaro para impedir o desconto da contribuição sindical direto da folha de pagamento dos trabalhadores.

A MP, publicada em edição especial do Diário Oficial da União (DOU), na sexta feira (1), altera artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas, em especial o art.º 582. A medida determina que a contribuição sindical deixe de ser descontada da folha de pagamento do trabalhador diretamente pelo empregador, e passe a ser cobrada via boleto. A MP mantém ainda o que já havia sido aprovado após a Reforma Trabalhista de Temer, que estabelece que seja “prévia, voluntária, individual e expressamente autorizado pelo empregado”.

Para as centrais, o verdadeiro interesse por trás de tal medida é dificultar o “financiamento das entidades de classe, no momento em que cresce no seio da classe trabalhadora e do conjunto da sociedade a resistência ao corte de direitos de aposentadoria e previdenciários em marcha com a apresentação da proposta de Reforma da Previdência que já tramita no Congresso Nacional”.

Assim, completa a nota, “também são ataques contra a democracia brasileira duramente conquistada”.

As centrais afirmam ainda que “tomarão todas as medidas de caráter legal e junto ao Congresso Nacional, às bancadas dos partidos políticos, e mobilizações para derrotar a MP 873 e os ataques contra o movimento sindical”, e que “denunciarão o governo brasileiro na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e demais organismos internacionais por práticas antissindicais”, uma vez que o país é signatário de diversas normas e tratados internacionais.

O movimento sindical unificado convocou “para o dia 22 de março próximo, o Dia Nacional de Lutas contra o fim das aposentadorias e por uma Previdência Social Pública, quando serão realizados atos públicos, greves, paralisações e mobilizações contra o projeto da reforma da previdência do presidente Bolsonaro, um processo de mobilização crescente dos trabalhadores e da sociedade civil em defesa dos seus direitos sociais, econômicos, de aposentadoria e previdenciários”, diz a nota.

Assinam a nota Adilson Araújo, presidente da CTB, Miguel Torres, presidente da Força Sindical, Ubiraci Dantas, presidente da CGTB, Vagner Freitas, presidente da NCST, Atnágoras Lopes, executiva Nacional da CSP-Conlutas, Edson Carneiro (Índio), secretário-geral da Intersindical, Ricardo Patah, presidente da UGT e Antonio Neto, presidente da CSB.

Bloco da minoria na Câmara convoca reunião com centrais para luta contra reforma da Previdência

A liderança da minoria na Câmara dos Deputados, deputada Jandira Feghali (PcdoB), está organizando para o dia 13 de março uma reunião com as centrais sindicais e entidades da sociedade civil com o bloco da minoria, formado pelo PSB, PDT e PcdoB, para debater estratégias de enfrentamento à reforma da Previdência Social, que tramita na Casa legislativa por iniciativa do governo Bolsonaro.

Para a deputada “é grave a reforma da previdência. Nós não aceitaremos essa reforma, estabeleceremos na liderança da minoria o polo de resistência dentro da Câmara e um polo de resistência da sociedade brasileira”, afirmou Feghali.

Com a Proposta de Emenda à Constituição PEC nº 6/2019, Bolsonaro e seu ministro da fazenda Paulo Guedes pretendem apagar da Constituição a maior conquista social do povo brasileiro que é o atual sistema de Seguridade e Previdência Social e impor a todos que trabalham neste país uma velhice de miserabilidade.

A PEC nº 6/2019 remove a Previdência Social do texto cons-



Deputada Jandira Feghali, líder da minoria

titucional para que os artigos que tratam do sistema previdenciário sejam alterados no futuro por Lei Complementar, que necessita de menos para ser aprovada.

Hoje, para promover este tipo de alteração nas aposentadorias, o governo precisa da aprovação por 3/5 na Câmara e no Senado, 308 votos e 49 votos, respectivamente, em dois turnos de votação em cada uma das Casas.

Além disto, a PEC nº 6/2019 impõe uma ida-

de mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens, com 20 anos de contribuição para se aposentar; rebaixa a pensão dos idosos que têm renda familiar até 1/4 do salário mínimo para R\$ 400 até que estes atinjam 70 anos – a partir desta idade passam a receber um salário mínimo; propõe idade mínima de 60 anos para agricultores e agricultoras se aposentarem e, ainda, exigir deles uma contribuição anual de R\$ 600; entre outras atrocidades.

Governo propõe idade mínima e tempo de serviço maiores para as mulheres e dificulta regras de acesso a benefícios, como pensão por morte e BPC

A proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo no mês passado à Câmara é mais uma violência contra as mulheres. No intuito de garantir ainda mais o enriquecimento daqueles que não produzem, isto é, bancos, especuladores, rentistas e outros parasitas, o governo propõe idade mínima e tempo de serviço maiores para as mulheres se aposentarem e dificulta regras de acesso a benefícios, como pensão por morte e Prestação Continuada (BPC).

Além disso, o governo quer tirar da Constituição os dispositivos que tratam da Previdência Social, para que os critérios e parâmetros que tratam sobre o tema possam ser alterados através de Lei Complementar, para qual bastaria 50% mais um voto no Congresso para aprová-la – ao contrário da Constituição que, para ser alterada, necessita de 3/5 dos votantes. Saiba mais: Reforma da Previdência de Guedes e Bolsonaro é tentativa de rasgar a Constituição

A proposta do governo, além de estabelecer uma idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para os homens, exige que as trabalhadoras contribuam o mesmo tempo que os homens, 20 anos, para receberem 60% da aposentadoria, acréscido de 2% por ano de contribuição que exceder esse tempo mínimo. Para a trabalhadora e trabalhadores obterem a aposentadoria integral, isto é, 100% do benefício, é preciso ter 40 anos de contribuição.

Para a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP), ao propor este tipo de critério para as aposentadorias das mulheres, o governo desconsiderou a realidade que elas vivem em seu cotidiano.

“O governo desconsidera completamente na proposta o trabalho doméstico não remunerado que, ainda hoje, a mulher exerce nos cuidados com a casa e com a família, cumprindo uma segunda jornada de trabalho que consiste no dobro de tempo do trabalho empenhado pelos homens”.

Outro ponto do texto estabelece para as mulheres do campo uma idade mínima de 60 anos e 20 anos de contribuição. Além desse absurdo, o governo exige mais uma contribuição anual de R\$ 600. Esta proposta também vale para os homens do campo. De acordo com a proposta, os trabalhadores rurais não poderão mais se aposentar apenas por idade.

A proposta também dificulta as regras para o acesso a benefícios como pensão por morte e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para mulheres e homens idosos em condições de miséria.

Bolsonaro e Guedes rebaixaram a pensão de idosas e idosos que têm renda familiar de até 1/4 do salário mínimo para R\$ 400. Para receber um salário mínimo, como determinam as atuais regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC), os idosos terão que atingir 70 anos.

O governo quer ainda a redução do valor das Pensões por Morte: pagamento de apenas 60% do salário para as viúvas + 10% por dependente menor de 21 anos, limitado 100% do valor. Pelo texto, as pensionistas correm riscos de receberem benefícios inferiores ao salário mínimo.

A reforma prevê ainda o fim da acumulação integral de aposentarias e pensões. O segurado terá que escolher o benefício de maior valor e, para receber o segundo benefício, haverá uma redução no pagamento, 20% do valor para pensões que atinjam até um salário mínimo - quanto maior o valor, maior a redução que será calculada de maneira proporcional de acordo com as faixas correspondentes.

Segundo dados de 2015, do Anuário Estatístico da Previdência Social, 84,4% do total de dependentes que receberam pensão por morte eram mulheres e 15,6%, homens. Já os benefícios assistenciais ao idoso, por sua vez, foram distribuídos em 58,5% para as mulheres e 41,5% para os homens.

ANTÔNIO ROSA

MPT: terceirização na administração pública amplia risco de corrupção

O Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou uma nota técnica alertando que a ampliação da terceirização na administração pública aumenta os riscos de corrupção no país. A nota, assinada pela Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades na Administração Pública (Conap), também aponta para inconstitucionalidades e ilegalidades nas normas que flexibilizam a terceirização no setor.

A nota pede a revogação do Decreto nº 9507, assinado pelo então presidente Michel Temer, e da Portaria nº 443, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que passaram a vigorar em 2019 e, na prática, aumentam o leque de serviços passíveis de execução indireta, por terceiros contratados pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

“Além de abrir portas para várias formas de corrupção, a terceirização irrestrita traz prejuízos aos cofres públicos”, afirma a procuradora Ana Cristina Desirée Tostes Ribeiro, vice-coordenadora nacional da Conap.

Segundo a nota técnica, a terceirização facilita a viabilização de práticas como superfaturamento, cabos eleitorais e cabides de empregos, terceirizados fantasmas, e desvio de verbas públicas.

“Na operação Lava Jato foram constatados diversos casos de corrupção envolvendo a contratação de empresas terceirizadas”, ressalta a procuradora Carolina Mercante, coordenadora nacional da Conap.

O documento também se refere aos chamados “calotes”

das terceirizadas. Segundo Ana Cristina Desirée, “se a terceirização não cumprir as obrigações trabalhistas perante os empregados, o ente que terceiriza pode acabar tendo que pagar duas vezes: uma para a contratada e a segunda vez diretamente aos trabalhadores, quando demandado, pelo inadimplemento da terceirizada”. Ela argumenta que, em uma lista divulgada pelo Tribunal Superior do Trabalho mostra que, dos 100 maiores devedores trabalhistas, um terço é de empresas terceirizadas.

A coordenadora da Conap defende que a permissão de terceirizar serviços irrestritamente também pode gerar insegurança jurídica, em razão dos limites tênues e sujeitos à interpretação judicial trazidos pelas normas.

Além da revogação do Decreto nº 9507/2018 e da Portaria MPOG nº 443/2018, a Conap se manifesta pela vedação expressa da utilização da terceirização como mera locação de mão de obra pela administração pública.

A nota foi enviada pelo procurador-geral do MPT, Ronaldo Curado Fleury, ao ministro-chefe da Casa Civil, ministro da Economia, ministro da Justiça e da Segurança Pública, ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ministro-presidente do Tribunal de Contas da União, secretário da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, secretário especial de Previdência e Trabalho, secretária da Secretaria Nacional de Justiça e ministro da Controladoria Geral da União.



Secretário Leonardo Rolim, do Min. da Economia

Para secretário da Previdência “servidores só querem privilégios”

O secretário da Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, disse em entrevista ao Correio Brasiliense que “o problema é que os servidores públicos só querem privilégios”, por isso que são contra a reforma da Previdência. “Se for tirar um pouquinho de privilégios, para eles é o fim do mundo. O mundo vai cair”.

Rolim disse ainda que governadores e prefeitos deveriam criticar menos a proposta apresentada pelo governo e “estar aqui, ajoelhados, agradecen-

do”, já que para ele, com essa proposta, o governo federal estará ajudando-os a controlarem suas contas.

Para o secretário, com a reforma da Previdência aprovada, “governos estaduais e municipais não vão ter “nada do que reclamar, nada”, pois “além de aumentar a alíquota automaticamente para 14%, dá oportunidade de aumentar mais, até os 22% da União”. “Podem criar alíquota extraordinária”, podem ainda “cobrar dos aposentados no que exceder o salário mínimo”.

Rafael Ramirez, ex-ministro de Energia e Minas:

“Maduro destroçou o país e a obra de Hugo Chávez”

Em meio ao apagão que deixa a população da Venezuela sem acesso aos serviços básicos e à beira de uma crise alimentar das mais graves proporções, publicamos a íntegra do presente artigo escrito pelo engenheiro venezuelano Rafael Ramirez Carreño que exerceu as funções de ministro de Energia e Minas, presidente da estatal Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) e embaixador da Venezuela na ONU.

Em seu alerta, Ramirez analisa, ponto a ponto, os fatos que conduziram à suspensão do fornecimento de energia elétrica no país vizinho (com retornos intermitentes mas, sem a reposição do serviço por 40 horas quando escreveu o artigo), desmonta as mentiras de Maduro e seu grupo acerca de uma “guerra elétrica imperial” como causadora do desastre e apresenta o desafio colocado perante o povo venezuelano, que foi capaz de realizar a inspiradora Revolução Bolivariana, agora diante dos momentos mais graves de sua história.

Blackout é um termo técnico operacional que descreve com maior precisão que o de “Apagão”, o que está acontecendo em nossa pátria.

Desde o dia 7 de março, o país ficou às escuras devido ao colapso total do setor elétrico nacional, que arrastou consigo todos os serviços básicos, trazendo angústia e mais deterioração às condições de vida da população, sem falar do que vai sendo afetado em temos do aparato produtivo, da defesa ou dos problemas de segurança.

O país ficou paralisado e traumatizado

No momento em que escrevo (domingo, 10 de março), a maioria do território nacional está às escuras por mais de 40 horas, com exceção de algumas zonas de Caracas e outras áreas urbanas, onde o serviço tem vindo a se reestabelecer de forma instável. Não sei se quando este artigo seja publicado seguirá o país na penumbra, isolado do mundo. É insólito e muito grave.

Um "blackout", é quando colapsa a totalidade de uma instalação ou sistema operacional, de alta complexidade, seja porque sua confiabilidade é baixa, ou porque não existem contingências, nem proteções, nem os alarmes funcionam adequadamente, um sistema vulnerável que, ante uma falha em algum estágio chave do sistema gera uma sucessão de eventos, que se produzem tão rápida, ou violentamente que o sistema fica fora do controle do operador.

Já não se trata então de uma falha, mas de um evento qualitativamente distinto: falhas em cascata a uma velocidade tão alta que ultrapassam as possibilidades de resposta, e cujo resultado é o colapso total do sistema, sua completa paralização.

Neste tipo de eventos, deve-se atuar de imediato, segundo procedimentos preestabelecidos, identificando e resolvendo a falha de origem e repondo todos os sistemas, um a um, com critério de emergência, já que o sistema deve ser reerguido em questão de horas.

Estou seguro de que os trabalhadores da Corpoelec (empresa estatal venezuelana de energia elétrica) têm estado ocupados em resolver este colapso operacional. Colapso que eles mesmos têm advertido inúmeras vezes e que, paradoxalmente, tem custado perseguição, demissão e prisão a muitos deles. Também estou seguro de que a direção do setor, não apenas carece de conhecimento e capacidade, como também estão perdidos e ultrapassados pelos eventos.

Os trabalhadores, engenheiros, técnicos e operários, sabem que não se trata de nenhuma sabotagem, nem da ação comandada por algum “general de tuitter”. Ainda que o setor tenha sempre apresentado problemas estruturais, foi durante a péssima gestão nestes anos de maturismo que o setor vem falhando de forma progressiva e frequente até o colapso total.

Um setor estratégico sob a direção incompetente e indolente de um dos grupos de poder do maturismo, dos "amigos", onde se persegue os trabalhadores, se tomam decisões equivocadas o não se toma nenhuma; tem levado de maneira permanente a regiões inteiras do país à calamidade dos cortes de luz, dos apagões, achacando-se com atribuições das falhas a desde iguanas que causam curto-circuitos, até a sabotagens, passando por qualquer coisa que lhes ocorra dizer. Hoje falam de “uma guerra elétrica”, dizem isso sem nenhuma vergonha, creem que o povo é idiota.

Em todo caso, o setor elétrico, por seu caráter estratégico, se preparou, durante o governo do presidente Chávez, para a contingência de um conflito ou ataque externo do sistema, tomando as providências de diversificar as fontes geradoras através da incorporação de mais de 4.000 MW de geração termoeleétrica, para criar capacidades suficientes nas distintas regiões e setores estratégicos do país e diminuir a dependência de Guri (a hidrelétrica que hoje fornece mais de 70% da energia do país e cuja pane deu início ao presente colapso).

Agora, não apenas entrou em colapso a geração hidrelétrica desde o sul e os sistemas de transmissão que atravessam o país, incluindo muitas subestações e os sistemas de distribuição, mas as grandes centrais termelétricas, que com tanto esforço instalamos e entregamos à Corpoelec para sua gestão, ou na PDVSA, o nas Empresas Básicas. A maioria está fora de operação, seja por falta de manutenção, reposições, seja pela canalização de suas peças e deterioração de suas instalações ou porque não combustível disel, nem gás.

Este colapso sucede apesar de que a demanda elétrica nacional teve uma queda significativa, de um máximo de 18.600 MW em 2011 a menos de 13.600 MW atualmente, justamente pela retração da economia acumulada em mais 50% do PIB neste período, de tal forma, que se estes sistemas estivessem bem mantidos, deveriam ser suficientes para garantir ao menos esta demanda reduzida.

Ao contrário, o sistema elétrico entrou em colapso, não entraram em operação as centenas de unidades elétricas, de geração distribuída, que foram instaladas de forma planificada em locais estratégicos do país. Como consequência não funcionam as estações de bombeamento de água, hospitais, centros de telecomunicações, aeroportos, distribuição de combustível. Nada está funcionando.

A tese da sabotagem surge como uma desculpa a mais, o discurso para mobilizar os companheiros, mas na realidade, em qualquer circunstância, há uma falha grave em todo o sistema, e não funcionaram os sistemas de contingência. Mas “a sabotagem” desculpa tudo e segue deitando por terra a realidade a incompetência do governo e a perigosa vulnerabilidade da Pátria.

(Leia matéria em horadopovo.org.br)

8 de Março: milhões de mulheres exigem salários e direitos iguais



Na Espanha aconteceu a maior das concentrações de toda a Europa



Ato em B. Aires denunciou o desemprego que atinge as argentinas

Mulheres lideram a marcha dos “Coletes Amarelos” contra Macron

Comandados por mulheres, dezenas de milhares de manifestantes do movimento “coletes amarelos” voltaram às ruas de Paris e das principais cidades francesas neste sábado (9), pelo 17º final de semana, para exigir justiça social e a renúncia do presidente Emmanuel Macron.

Na capital, a marcha se concentrou no Arco do Triunfo seguindo até os Jardins de Luxemburgo, onde se encontra o Senado. Vestidas de rosa, as babás se somaram à mobilização, levantando alto a bandeira da França, ao mesmo tempo em que protestavam contra uma reforma que vai afetar o subsídio ao seu desemprego.

Participando desde o começo do movimento, Nejeh Farhat, de 40 anos, defendeu a “convergência” para que a pauta de reivindicações seja vitoriosa, contra uma governação que é sinônimo de fome e retrocesso. “Quanto mais formos, mais fortes seremos. O combate não mudou. A prioridade é conseguir encher a geladeira”, enfatizou.

O mesmo espírito de unidade



As parisienses na marcha iniciada no Arco do Triunfo

de popularizado pelo colete de alta visibilidade ficou expresso na determinação feminina – muitas carregando balões rosas e cartazes por salários e direitos iguais – que transbordou as ruas de Lyon, Bordeaux, Toulouse, Nantes, Lille e Le Puy-en-Velay, entre outras cidades.

Alguns manifestantes fizeram uma rápida concentração no aeroporto parisiense Charles de Gaulle, tremulando bandeiras e dançando. Na Champs-Élysées, bombas de gás lacrimogêneo e jatos de água foram usados para dispersar o protesto.

As manifestações populares que iniciaram em 17 de novem-

bro passado – com passeatas e bloqueios de estradas – como críticas ao plano de Macron de aumentar o imposto do combustível, rapidamente se converteram em um amplo movimento pelo fim do seu governo.

Ao final do ato foram lançadas as convocações para um novo protesto na próxima semana, o 18º sábado de mobilização, um dia depois do fim do “grande debate”, em que se espera uma resposta de Macron. Agora a expectativa é reunir “toda França” em Paris para dar um “últimato” ao governo.

Com prazo vencido pela Constituição, escancara-se a impostura da ‘interinidade’ exibida por Guaidó

Desde o dia 23 de fevereiro que a alegada “interinidade” de Juan Guaidó, está vencida pelos termos da própria Constituição da Venezuela, que usa como suposta base para assumi-la. Guaidó, que preside a Assembleia Nacional, se autoproclamou “presidente interino” do país em um comício realizado em Caracas no dia 23 de janeiro.

Na ocasião, disse que se tornaria presidente “interino” com base no artigo 233 da Constituição, o artigo que determina que, vaga a Presidência, no caso do presidente eleito não haver assumido o posto, o presidente da AN assume interinamente o mandato presidencial até a convocação e proclamação do resultado de eleições para o cargo majoritário do país.

Nos exatos termos da Lei Magna, Guaidó teria 30 dias para convocar e fazer realizar as eleições presidenciais.

Portanto, até pelos termos invocados por Guaidó, ele não é mais presidente, nem mesmo na qualidade de interino, pois não cumpriu o que manda a Carta no caso de vacância da Presidência.

Há mais questões a serem consideradas e que revelam

a total inconstitucionalidade da autoproclamada condição invocada por Guaidó.

A vacância, de acordo com a Constituição do país, se dá por morte, incapacidade mental ou física permanente (declarada por junta médica, indicada pelo TSJ), documento que deve ser aprovado pela Assembleia Nacional ou ainda abandono do cargo ou ‘revogatória popular’.

Como a situação de Maduro, que tomou posse no Tribunal Superior de Justiça para mais um mandato de seis anos, não se insere em nenhum dos casos, Guaidó, portanto, citou um artigo que ao invés de apoiar, desautoriza a sua “investidura”.

É verdade cristalina que o presidente Maduro tem demonstrado incapacidade para minimamente conduzir os destinos do país, mesmo assim, é o mandatário eleito.

Para destituí-lo, há formas constitucionais legítimas, como busca a Aliança pelo Referendo Consultivo que pretende coletar assinaturas de 10% do eleitorado suficientes para obrigar o presidente a convocar o referendo onde se perguntará aos eleitores venezuelanos se desejam ou não eleições gerais para a relegitimação dos pode-

res do país.

A advogada constitucionalista María Alejandra Díaz, em entrevista para a rede Russia Today (RT), considera que - na sua interpretação – Guaidó “é um usurpador de poder”.

Ela assegura que, até mesmo segundo “o mundo paralelo do parlamento”, ele “não cumpriu a Constituição, que fixa o prazo de 30 dias”, dessa forma o próprio deputado violou a Carta Magna que invocou unilateralmente para autoproclamar-se.

A ilegitimidade é tão patente, esclarece a jurista, que a Assembleia Nacional se sentiu forçada a aprovar um texto denominado de “Estatuto para a Transição”, que estende o prazo para interinidade de Guaidó a 12 meses. Acontece que o tal “Estatuto” não é uma emenda à Constituição e, sendo uma lei infraconstitucional, não pode se sobrepor a esta.

Daí que Juan Guaidó não tem mais nenhuma condição de mandatário-tampão nem mesmo nos termos distorcidos nos quais se baseou para autoproclamar-se. Sendo assim, fica claro que toda vez que advoga para si a condição de “presidente interino”, incorre em uma dupla impostura.

No mundo inteiro, as mulheres realizaram demonstrações para reivindicar também a devolução dos direitos usurpados por medidas de arrocho impostos por governos que se submetem aos bancos e ao FMI

Milhões de mulheres no mundo inteiro se manifestaram nas ruas neste 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. Foram realizados congressos, simpósios e encontros para reivindicar os seus direitos, condenando o corte de conquistas sociais, que afetam principalmente as mulheres no contexto do arrocho, da recessão e aumento do desemprego que atingem muitos países.

Uma das principais reivindicações foi a de salário igual para trabalho igual. O Informe Mundial sobre Salários 2018/2019 publicado recentemente pela da Organização Internacional do Trabalho (OIT), utilizando os salários médios por hora para calcular o fosso salarial de gênero, estabelece, a partir de dados sobre 73 países que abarcam cerca de 80% dos trabalhadores do mundo, que ele se situa em torno de 16%.

As latino-americanas, além da equiparação salarial, exigiram melhor educação, igualdade de direitos políticos e condenaram a violência que ainda impera contra elas.

Na Argentina, dezenas de milhares marcharam desde o Congresso até a Praça de Maio, de Buenos Aires, com consignas como “Contra o ajuste e a violência machista”. O Parlamento aprovou, no dia 8, a lei pela qual 50% das vagas para postulações eleitorais será de mulheres e já vigorará nas eleições deste ano.

O Centro de Economia Política Argentina divulgou que as mulheres registraram no ano passado taxas de desemprego de 10,8% frente a 8,9% dos homens. Por outro lado,

37,1% das mulheres em relação de dependência trabalham sem registro em carteira. Para os homens o índice é de 31,8%. Milhares de mulheres desfilaram pelo centro de Montevideu, no Uruguai, reclamando a equiparação salarial, o fim da violência de gênero. Entre as manifestantes estava a vice-presidente Lucía Topolansky, que caminhou acompanhada de seu marido, o ex-presidente José Mujica.

Na Bolívia, milhares marcharam nas principais cidades do país. Nos últimos anos houve avanços como a paridade de assentos de homens e mulheres no Parlamento, programas sociais e redução no desemprego e governos regionais. Mas, a violência contra as mulheres ainda é grande e elas exigem mais presença do Estado para coibi-la.

Em Cuba, o X Congresso da Federação de Mulheres Cubanas (FMC) encerrou na sexta-feira, dia 8, com um amplo debate sobre trabalho, igualdade de gênero, avanços no desenvolvimento social, econômico e a continuidade da revolução.

No Chile, cerca de 100 mil pessoas participaram de uma passeata para exigir igualdade de direitos e o fim das leis discriminatórias e denunciar a violência contra a mulher em Santiago, capital, como parte das manifestações pelo Dia Internacional da Mulher.

Uma enorme manifestação convocada por 70 organizações concentrou-se na Praça da Democracia na capital do Paraguai, Assunção, reivindicando uma so-

ciiedade mais justa e denunciando as condições precárias de trabalho. Repudiaram também os despejos violentos que afetam as famílias mais pobres e denunciaram os salários menores que as mulheres recebem pelo trabalho igual.

EUROPA

Espanha e França realizaram as concentrações mais expressivas da jornada na Europa.

Centenas de milhares participaram das manifestações que ocorreram na capital espanhola, Madri, e em Barcelona. Mobilizadas contra a “Violência, salário desigual e Precariedade”, as mulheres realizaram uma ampla greve que culminou com marchas nas principais cidades de todo o país. A central sindical espanhola UGT estima que seis milhões de pessoas deixaram o trabalho por ao menos duas horas em uma greve para exigir igualdade salarial e de direitos para mulheres que, segundo a central, mobilizou mais pessoas do que uma ação semelhante no ano passado.

Em Paris as mulheres se reuniram na Praça da República para reivindicar por igualdade salarial e contra a violência e manifestantes da Anistia Internacional empunharam cartazes diante da embaixada da Arábia Saudita com os dizeres “Buzinem pelos direitos das mulheres”, e pediram a libertação de mulheres ativistas, incluindo aquelas que fizeram campanha pelo direito de dirigir no reino saudita, profundamente opressor da mulher.

Na Alemanha, autoridades da capital, Berlim, declararam o Dia da Mulher feriado oficial – pela primeira vez – e milhares de pessoas se juntaram para uma colorida manifestação sob o céu ensolarado da Praça Alexanderplatz.

Em sua maioria vestidas na cor fúscia, as italianas encheram as ruas de Roma e muitas outras cidades do país para exigir igualdade e mais diretos. Houve muitas consignas contra o líder da ultradireitista Liga, Matteo Salvini, que recentemente defendeu a reabertura dos prostíbulos, fechados com uma lei de 1958.

Em Portugal, na marcha de Lisboa participou o primeiro ministro, António Costa, que durante a manhã se reuniu com 18 mulheres que ocupam posições relevantes na sociedade portuguesa.

Em Atenas e Kiev, manifestantes exigiram igualdade e o fim da violência contra as mulheres.

Na Rússia, onde o Dia da Mulher sempre tem sido uma festa importante desde a época da União Soviética, flores e mensagens de felicitações decoravam espaços públicos e houve manifestações nas principais cidades.

Convocadas pela União Geral de Mulheres Palestinas, as mulheres se manifestaram em defesa de sua Pátria, contra a ocupação de seu território, pela igualdade de direitos, concentrando-se na Praça do Soldado Desconhecido.

No Japão, Turquia, Argélia, Filipinas, Índia, Paquistão, Quênia entre outros países, manifestações exigiram igualdade de direitos, salário igual para trabalho igual e fim da violência contra a mulher.

SUSANA SANTOS

“Previdência privatizada gera superlucros a bancos e miséria aos aposentados chilenos”

Denuncia Mario Olmedo, do movimento “Não Mais AFP”, que luta pelo fim das Administradoras de Fundos de Pensão, companhias privadas que por pagarem pensões miseráveis, transformaram o Chile em recordista no suicídio de aposentados

Em entrevista Ao HP, o representante do movimento popular chileno no Movimento Não mais Administradoras de Fundos de Pensão (NO + AFP), Mario Reinaldo Villanueva Olmedo, denuncia o sistema de privatização/capitalização da Previdência em curso, cuja injustiça e desumanidade transformou seu país em recordista no suicídio de idosos na América Latina. Dirigente da Confederação Nacional de Profissionais Universitários dos Serviços de Saúde (Fenprus), Olmedo alerta para a identidade do projeto de desmonte da Seguridade Social aplicado pelos Chicago boys durante a ditadura de Pinochet com a proposta que Bolsonaro tenta empurrar, multiplicando os “superlucros obtidos para algumas companhias transnacionais com a economia feita a partir dos baixíssimos valores pagos às aposentadorias”.

LEONARDO W. SEVERO

Como o movimento NO + AFP tem denunciado em massivas manifestações, o sistema de privatização/capitalização da Previdência trouxe inumeráveis problemas para os aposentados chilenos. Qual é o principal?

Mario Olmedo - O mais grave é que no Chile o governo terminou com o sistema de repartição até então existente (de Seguridade Social) e impôs um de poupança individual, a chamada capitalização. Isso significa que os trabalhadores passaram a receber tão somente o que conseguiram economizar ao longo de sua vida de trabalho. Uma miséria, pois não contribuem ininterruptamente, já que é preciso computar o tempo em que se fica desempregado ou na informalidade.

Esse foi o coração do modelo neoliberal imposto pela ditadura do general Pinochet [1973-1990]. Obviamente, sem qualquer discussão com o sindicalismo e as entidades da sociedade civil, que se encontravam amordaçados, na ilegalidade. Foi dessa forma que perdemos aposentadorias dignas e suficientes para o nosso sustento. Embora tenham prometido taxas de retorno de 70% e inclu-

sive de 100% da remuneração quando chegasse a 2020, hoje uma pessoa fica pobre quando se aposenta. Como comprova a própria Superintendência de Pensões, quem se aposentava com US\$ 700 tem uma taxa de retorno de apenas 33% se é trabalhador e de tão somente 25% se é trabalhadora, o que equivale a míseros US\$ 231 e US\$ 175, respectivamente.

Os resultados mostram que as imensas campanhas publicitárias feitas pelo governo eram só isso mesmo: propaganda para vender uma falsidade.

Assim o Chile é hoje o país recordista em suicídio de idosos na América Latina...

M.O. - Sem dúvida, a multiplicação dos suicídios é uma das consequências desta política. É clara a incidência das baixas aposentadorias nesta tragédia. Afinal, como podem os nossos idosos sobreviver com essa miséria? Houve o caso recente de um casal que após toda uma vida, mais de 50 anos juntos, decidiu pelo suicídio.

O fato é que com recursos cada vez menores, os filhos – que também não são tão novos – têm que passar a se responsabilizar pelos seus pais. E quando não há filhos, os idosos passam a depender de vizinhos. Para quê? A fim de que uns poucos especuladores, bancos e transnacionais, lucrem de forma exorbitante.

Os idosos da Europa, onde funciona o sistema de repartição, andam passeando pelo mundo. A palavra jubilación (aposentadoria, em espanhol) vem de júbilo - alegria, empolgação, entusiasmo -, período em que se está desfrutando. Usufruindo de políticas públicas, chegam a nosso país muitos aposentados europeus para fazer turismo. Infelizmente, devido às AFPs, a grande maioria dos nossos está sofrendo.

Qual a semelhança entre o projeto de Pinochet e a proposta de Bolsonaro contra a Previdência Pública?

M.O. - O atual ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, se formou com os Chicago boys, mentores do sistema previdenciário pinochetista.

[Implementado em 1981 pelo ministro do Trabalho e Previdência Social, José Piñera, irmão do atual presidente José Piñera, justamente na época em que Guedes vivia no Chile]. É um sistema feito para favorecer os grandes grupos empresariais, comandados por donos de bancos. Essas companhias se aproveitam dos superlucros obtidos com a economia feita a partir dos baixíssimos valores pagos às aposentadorias para expandir seus negócios pela região, como temos visto na Argentina, Brasil, Colômbia e Peru.

Privatização dos lucros e socialização dos prejuízos.

M.O. - Não há dúvida de que é um sistema extremamente injusto, que prejudica os trabalhadores para beneficiar o grande capital. De acordo com um levantamento de abril do ano passado, os investimentos dos fundos administrados pelas AFP no Chile nos dez principais bancos totalizavam US\$ 47,9 bilhões, assim distribuídos: Banco Santander, US\$ 7,79 bilhões; Banco de Chile, US\$ 7,64 bilhões; Banco do Estado do Chile, US\$ 6,61 bilhões; Itaú Corpbanca, US\$ 6,21 bilhões; Banco de Crédito e Investimentos, US\$ 6,18 bilhões; Scotiabank, US\$ 4,6 bilhões; Bilbao Vizcaya Argentaria, US\$ 3,57 bilhões; Bice, US\$ 2,57 bilhões; Security, US\$ 2,05 bilhões e Falabella, US\$ 616 milhões. Quando esses mesmos bancos emprestam aos trabalhadores, o fazem a taxas de juros exorbitantes.

PESQUISA

Há um estudo da Faculdade de Economia e Negócios da Universidade Alberto Furtado (UAH) que aponta que a rentabilidade média das AFP sobre o patrimônio no período 2006-2015 foi de 25,4%, 4,8 vezes superior aos 5,3% que justificavam por sua pretensa exposição ao “risco de mercado”.

As AFPs são controladas por companhias transnacionais que especulam com um imenso patrimônio coletivo de centenas de bilhões de dólares, US\$ 220 bilhões precisamente, dinheiro que é de todos os chilenos, equivalente a 2/3 do nosso Produto Interno Bruto (PIB). Dois



Mario Olmedo: “três transnacionais norte-americanas controlam dois terços dos recursos administrados pela AFPs, que equivalem a 151,9 bilhões de dólares

terços destes recursos, US\$ 151,9 bilhões, estão conforme a Fundação Sol, sob o controle de três empresas norte-americanas: Habitat, US\$ 57,76 bilhões (27,4%); Provida, US\$ 53,03 bilhões (25,2%) e Cuprum, US\$ 41,14 (19,5%).

Para completar, nada menos que 40% deste montante, mais de US\$ 80 bilhões, estão investidos nos Estados Unidos.

No final do ano passado estiveste numa reunião com o movimento sindical brasileiro em São Paulo. Qual a sua impressão do encontro?

M.O. - O fato de existirem centrais sindicais que não estão submetidas ao governo, com capacidade de mobilização, abre a possibilidade concreta de realização de grandes protestos para impedir a aprovação desta proposta neoliberal. Creio que há condições de convergência não só no Brasil, como na América Latina, para enfrentar e derrotar esse mecanismo de arrocho.

Estive recentemente no Congresso da Central Unitária de Trabalhadores (CUT) do Chile e começamos um processo de maior convergência com o movimento NO + AFP, que sinalizou para desdobramentos importantes. O primeiro foi o de apoiar a mobilização feminina, que redundou na tremenda e maravilhosa marcha do dia 8 de

março; o segundo é o ato de 31 de março, pelo fim das Administradoras de Fundos de Pensão; e o terceiro é a greve geral de 11 de abril, que também tem entre suas bandeiras principais o fim das AFPs e a afirmação da solidariedade com a contribuição tripartite de trabalhadores, empresas e Estado.

A proposta das entidades é clara: fim das AFPs. Mas o governo propõe uma sobrelvida.

M.O. - Pior que isso. O governo Piñera quer fortalecer as AFPs, quer ampliar os recursos para essas grandes companhias transnacionais que exploram nossos aposentados. De que forma? Aumentando a alíquota obrigatória de contribuição de 10% para 14%, expressivos 40%. Este dispositivo foi criado para suprir a redução da rentabilidade, que vem caindo. Era de 12% na primeira década, baixou para 8%, 6%, 4% e segue baixando... Quer compensar a perda da rentabilidade ampliando a exploração dos trabalhadores.

Fale um pouco sobre o Pilar Solidário instituído pela presidente Michele Bachellet.

M.O. - Frente ao evidente fracasso do sistema e das suas pensões miseráveis, em 2008

o governo Bachellet decidiu instituir o Pilar Solidário, mecanismo de auxílio para pessoas em situação vulnerável, a fim de garantir um aporte mínimo. Passamos a ter a Pensão Básica Solidária para o 60% mais pobre, 586.301 pessoas que ganham \$ 107.304 (US\$ 158) e se cria a Contribuição Previdenciária Solidária também para os 60% mas pobres, 894.899 pessoas que recebem uma complementação à sua aposentadoria com um valor médio de \$ 66.913(US\$ 98). Não se acabou com as AFPs, que continuaram lucrando, apenas se injetou recursos públicos para minorar o problema causado por elas. Hoje o grosso das aposentadorias precisa ser pago pelo Estado: 1.481.200 contra 1.300.256 pagas pelas AFPs. Com tudo isso mais de 44% das aposentadorias se encontra abaixo da linha da pobreza e 78% não alcança sequer o salário mínimo.

Para resolver estes problemas, vamos na próxima quinta-feira a Valparaíso apresentar ao Congresso Nacional nossa proposta de um novo sistema, um modelo de Seguridade Social. As mobilizações nos darão o respaldo necessário para pressionar e sensibilizar os parlamentares pela sua aprovação.

Com Trump, EUA amarga o maior déficit comercial em 10 anos

Apesar da guerra comercial, dos tratados rasgados e das exortações ao “Make America Great Again”, em matéria de déficit comercial em 2018 o governo Trump teve de amargar um recorde – no vermelho – de dez anos, US\$ 621 bilhões, conforme os números do Bureau de Análise Econômica (BEA).

Segundo o BEA, o déficit comercial (bens e serviços) piorou no ano passado em US\$ 68,8 bilhões. Ou seja, 12,5 % a mais que os US\$ 552,2 bilhões de 2017.

Na análise da Bloomberg, os cortes de impostos impulsionaram a demanda doméstica por importações, enquanto o dólar ‘forte’ e as tarifas retaliatórias pesaram sobre as exportações.

Apesar das exportações norte-americanas haverem aumentado ao ritmo de 6,3% (para US\$ 2,5 trilhões) no ano passado, as importações subiram mais ainda, à taxa de 7,5% (para US\$ 3,12 trilhões).

A razão de fundo é que boa parte da indústria norte-americana foi deslocada para áreas de salários mais baixos no exterior, o que volta como importação. A imposição de tarifas por Trump também forçou a antecipação de importações para fugir da retaliação e, no caso das exportações, como a soja, as jogou ao chão.

Na realidade, o déficit [exportações menos importações] de bens subiu no ano passado para um recorde de US\$ 891,3 bilhões em 2018, comparado a US\$ 807, 5 bilhões no ano anterior. Mas como o excedente de serviços cresceu, atingindo o recorde de US\$ 270,2 bilhões, chega-se aos US\$ 621 bilhões de saldo negativo.

A Bloomberg observou com ironia que, apesar de Trump citar repetidamente o déficit como evidência do fracasso das políticas comerciais de seus antecessores, a diferença exportações menos importações subiu em US \$ 119 bilhões durante

seus dois anos como presidente.

Também são terríveis os resultados de dezembro, que só vieram a público agora em consequência daquele fechamento parcial do governo por conta da tentativa de Trump de financiar seu muro xenofóbico.

O déficit comercial foi o recorde de uma década para esse mês, subindo de US\$ 50,3 bilhões para US\$ 59,8 bilhões – quando o consenso de estimativa dos economistas era de que iria a US\$ 57,9 bilhões.

Em relação ao mês anterior, novembro, as exportações caíram US \$ 3,9 bilhões, enquanto as importações subiram US\$ 5,5 bilhões. O tradicional excedente nos serviços encolheu US\$ 0,5 bilhão.

O portal ZeroHedge assinalou alguns dos destaques negativos do resultado da balança comercial dos EUA em dezembro: o déficit de mercadorias (US\$ 80,4 bilhões) foi o maior já registrado; o déficit não-petróleo (US\$ 79,1 bilhões) foi o maior já registrado; e as exportações de alimentos e bebidas (US\$ 9,6 bilhões) no mês foram as menores desde 2010.

Já as importações de alimentos e bebidas (US\$ 12,6 bilhões) foram as mais altas registradas para um mês de dezembro; as importações de veículos, peças e motores (US\$ 32,1 bilhões) foram as mais altas já verificadas; e as importações não-petróleo (US\$ 200,2 bilhões) foram as mais altas já registradas.

Em relação ao comércio com a China e México, o mês também não foi brilhante. O déficit se deteriorou em respectivamente US\$ 3,2 bilhões e US\$ 2,1 bilhões. Em relação ao Canadá, se reduziu em US\$ 0,5 bilhão.

No ano, o déficit com a China aumentou de US\$ 375,6 bilhões para US\$ 419,2 bilhões (nas contas de Washington, das quais Pequim tem várias divergências). As exportações dos EUA caíram US\$ 9,6 bilhões, enquanto as importações subiram US\$ 34,1 bilhões.



Déficit chegou a US\$ 621 bi, pelos dados oficiais do BEA

No caso do México, o déficit norte-americano no intercâmbio de bens e produtos aumentou em US\$ 10,4 bilhões. Com o Canadá, o déficit subiu em US\$ 2,7 bilhões.

Conforme economistas consultados pela Bloomberg, deve-se esperar “déficits maiores nos próximos meses”, o que seria explicado pela redução prevista do crescimento global [pelo FMI e OCDE], ao mesmo tempo em que a expansão econômica dos EUA – leia-se a exacerbação da bolha de tudo – “continua em ritmo acima da tendência”.

A Bloomberg responsabilizou “significativamente” Trump pelo crescimento do hiato [entre exportações e importações] em 2018. A pressão exercida com as sobretaxas levou a uma onda de antecipação de importações, que alimentou o tráfego de entrada nos portos da Costa Oeste. Também foram atingidas importantes exportações agrícolas dos EUA, como a soja. “Os embarques desse item caíram US\$ 4 bilhões no ano passado”.

De acordo com essa análise, a guerra comercial de Trump também contribuiu para a desaceleração das economias atingidas e, portanto, “sua demanda por produtos americanos”.

Já que os dados do BEA são

de dezembro, não custa lembrar que foi nesse mês que Walt Street andou dando uma sacudidelha brusca, o que se refletiu na decisão do Federal Reserve manear na alta dos juros, antes que alguém saísse torrado.

O que levou o ZH a observar que Trump está numa enrascada, à beira da busca da reeleição em 2020. “Se ceder na guerra comercial à China para manter seu precioso mercado de ações mais alto, o déficit continuará aumentando; se, por outro lado, Trump forçar uma linha dura no comércio, vai despencar o S & P [índice de Wall Street] – que agora está precificado no final da guerra comercial [é aí que estão as apostas no cassino]”. “A bola está agora na quadra de Trump, que opção escolherá”.

A Bloomberg registrou ainda que esse déficit comercial de Trump, como proporção da economia, “aumentou para 3% do PIB”, dos 2,8% registrados em 2017. “Ainda é significativamente menor do que na década anterior à Grande Recessão [crash de 2008], quando se aproximou de 6% do PIB”, alegrou-se o comentarista, tomado de certo otimismo, e antes que alguém perguntasse com que rapidez teriam as coisas degringolado naquele fatídico início de milênio.

Acidente com 157 mortos leva China, Indonésia e Etiópia a proibir Boeing 737 Max8

Após um novo acidente com o modelo 737 MAX 8 da Boeing, que deixou 157 vítimas fatais na Etiópia no domingo (10), vários governos decidiram proibir de levantar voo a recente versão do avião comercial da Boeing, cujo projeto é alvo de sérias críticas de especialistas. Em apenas cinco meses, este foi o segundo grande desastre envolvendo esse modelo. No final de outubro do ano passado, 189 pessoas morreram em um voo da Indonésia Lion Air, em situação idêntica, logo após a decolagem.

Obedecendo o princípio de “tolerância zero para riscos de segurança”, a Administração de Aviação Civil da China ordenou às companhias aéreas que mantêm no solo todas as aeronaves do modelo da Boeing em questão.

A suspensão, alertam as autoridades chinesas, é plenamente justificável. “Dado que os dois acidentes envolveram dois modelos Boeing 737 MAX 8 entregues recentemente e que ocorreram durante a fase de decolagem”. O anúncio impactou a empresa norte-americana, pois a China Southern Airlines é uma das maiores clientes da Boeing para esse modelo de aeronave e tem várias unidades encomendadas.

A Ethiopian Airlines (empresa etíope proprietária da aeronave que se acidentou) e a Cayman Airways (das Ilhas Cayman) também anunciaram que interromperam a utilização desse modelo após a queda da aeronave perto da cidade de Bishoftu, 62 km a sudeste da capital etíope, Adis Abeba. Utilizando cinco aviões novos do 737 Max 8 e aguardando outros 25, a Ethiopian Airlines suspendeu sua utilização como uma “precaução extra de segurança”.

Como já vinha alertando o presidente da Associação dos Investidores Minoritários do Brasil (Abradin), Aurélio Valporto, “a verdade é que o depar-

tamento de projetos da Boeing está velho e ultrapassado, seus projetos não têm condições tecnológicas de concorrer com as novas versões do A320 (produzidos pela Airbus)”, sublinha. Valporto também avalia que a entrega da Embraer para a Boeing é um negócio lesivo aos interesses nacionais.

O presidente da Abradin também chamou a atenção para os sérios problemas do Boeing 737-MAX 8, a quarta geração da família 737, “que resultaram não somente numa turbina menos eficiente por conta de problemas de projeto no trem de pouso, mas, aparentemente, problemas eletrônicos e de projeto graves que resultaram em acidentes fatais que resultaram na morte de todos os ocupantes”.

No Brasil, apenas a Gol possui aviões desse modelo, operando com sete deles em rotas para os Estados Unidos, América do Sul e Caribe, preferencialmente. A Gol fez elogios aos 737 Max 8, mas, preferiu suspender o seu uso temporariamente. Outras empresas, porém, operam o modelo em rotas que incluem o Brasil, como a Aerolíneas Argentinas.

A diretora geral de transporte aéreo da Indonésia, Polana B. Pramesti, explicou que “sem uma ampla inspeção nos aviões da Boeing, eles não voltarão a voar”, pois é preciso “em primeiro lugar garantir a segurança dos passageiros”. Atualmente, seu país tem 11 aviões desse modelo.

As caixas-pretas do avião acidentado na Etiópia foram encontradas nesta segunda-feira (11). Os gravadores de dados de voo digital e de voz da cabine poderão ajudar a esclarecer a tragédia que ceifou a vida de viajantes de mais de 30 nacionalidades.

100 anos do presidente João Goulart: um homem e uma obra para o Brasil (1)

João Goulart faria 100 anos no dia 1º de março. Em novembro de 1963, o presidente concedeu uma longa entrevista à revista Manchete, em que expõe seus pontos de vista sobre o Brasil. Nela, está Jango, pensando sobre o país, identificando-se com o seu povo, propondo a superação daquela situação angustiante. Apenas alguns meses depois, ocorreria o golpe de Estado de 1º de abril. Abaixo, transcrevemos a entrevista de Jango à Manchete na íntegra. Apenas, redividimos os parágrafos. Há muito, nesta entrevista, que pode ser discutido. Mas o que é evidente, é a grandeza do homem.

Assim, preferimos, ao invés de estendermo-nos sobre nossos pontos de vista, somente apresentar o homem por ele mesmo. E remeter o leitor, por enquanto, a alguns dos trabalhos que já publicamos de e sobre Jango: O discurso da Central do Brasil e a verdade histórica João Goulart em 1963: a agenda de um presidente de verdade João Goulart: “Ninguém impedirá o povo de construir o desenvolvimento” Jango e a Eletrobrás: uma homenagem a um brasileiro Com a publicação da entrevista à Manchete, em homenagem ao seu centenário, iniciamos o nosso mês João Goulart.

C.L.

Entrevista do Presidente João Goulart à Manchete

(novembro/1963)

Estamos vivendo, neste momento, a mais grave crise por que já passou o Brasil em toda a sua história republicana. Caminhamos aceleradamente para um desfecho que, se não for evitado a tempo, virá abalar, em termos definitivos e imprevisíveis, a própria estrutura da Nação, comprometendo todas as suas atuais conquistas e arruinando as suas imensas potencialidades futuras”. Em resposta a uma pergunta sobre o grau de sua responsabilidade pessoal no desdobramento dos últimos acontecimentos, tendo em conta sua condição de chefe do Governo, João foi enfático: “O Presidente não governa sozinho. Se o Governo, na plenitude de seus poderes, estivesse enfeixado apenas em suas mãos (e digo apenas a título de ilustração) ninguém duvidaria de que as reformas já estariam feitas. “Governo não é apenas a Presidência da República. Na complexidade da vida social e política de nossa época, o poder não se concentra na pessoa do Presidente, mas se dispersa e se distribui por numerosos setores. “Este fenômeno é, de resto, até mesmo uma resultante do regime democrático. Todos aqueles que detêm uma parcela de responsabilidade pelo destino do país também são do Governo. O Congresso Nacional, os executivos estaduais, os dirigentes industriais – para só citar algumas das forças que agem sobre a vida da Nação – também são do Governo. “O que não nos parece justo nem razoável é que tais forças continuem lutando umas contra as outras, numa estéril dispersão de esforços, ou que descarreguem toda sorte de acusações apenas e, principalmente, sobre o Presidente da República. “Tal expediente, estou certo, já não passa despercebido à opinião pública esclarecida e implica uma explicação cômoda, que falsifica a análise da crise e procura exonerar de responsabilidades certos setores que a ela estão diretamente ligados. Não tenho a menor dúvida de que, a continuar como vamos, o caos poderá sobrevir – e a todos atingirá, indistintamente. A todos compete, por isso, um esforço no sentido de evitá-lo”.

SITUAÇÃO ECONÔMICA

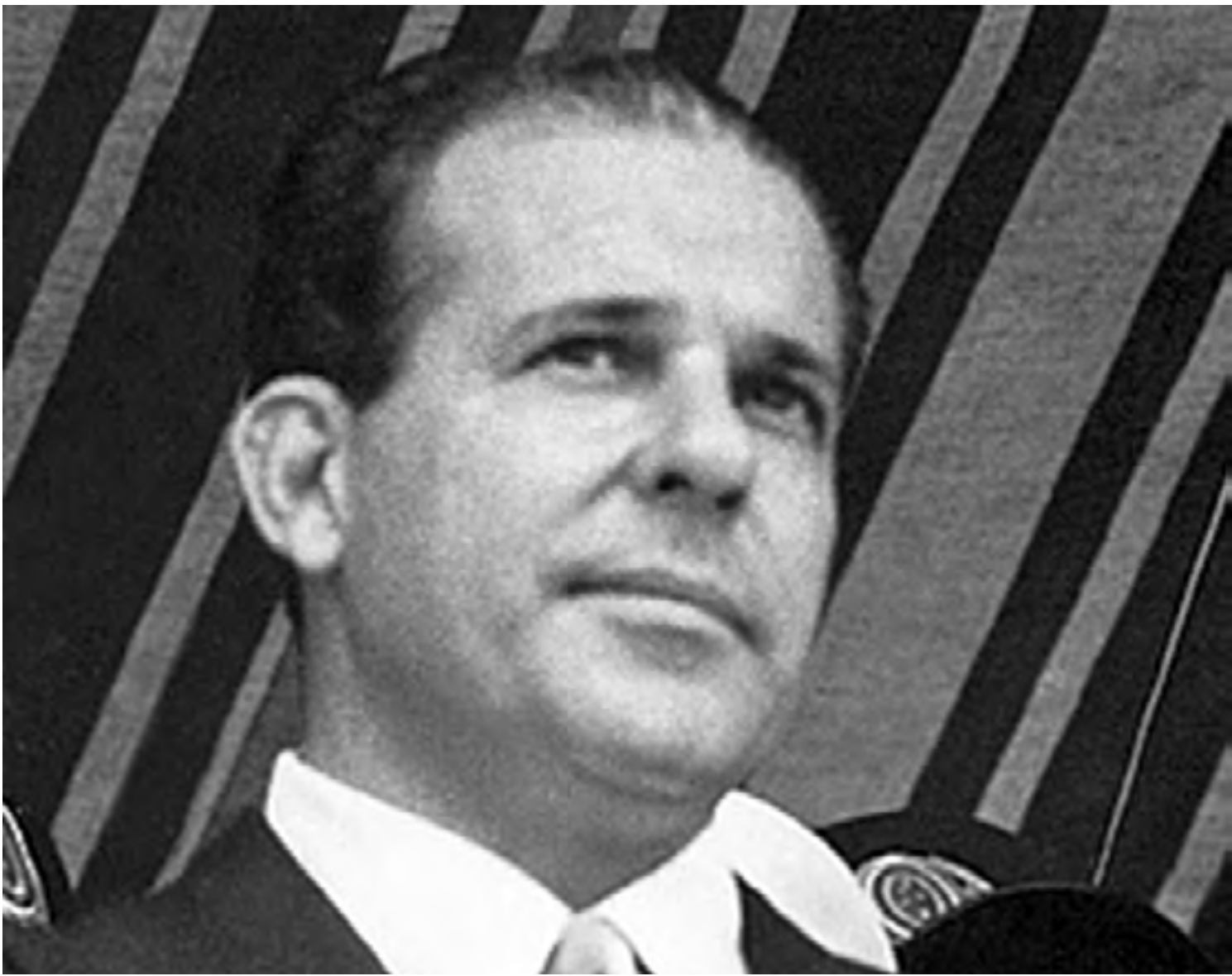
“A guerra, com efeito, adiou a explosão da crise cambial,



uma vez que o Brasil, nesse período, ficou impossibilitado de importar. “Acumulamos saldos no exterior. Impossibilitado de vender divisas e obrigado a pagar aos exportadores, o Governo viu-se compelido a emitir. “Daí resultou a falsa suposição de que as divisas seriam inflacionárias. De 1945 a 47, consumimos rapidamente os saldos que havíamos acumulado no exterior – e a importação de todo o tipo de mercadorias foi incrementada ao máximo. Compramos do automóvel ao mais simples aparelho eletrodoméstico, da geladeira ao plástico. “A crise cambial teria então de explodir, como explodiu. “Para controlar as exportações foi criada a CEXIM, em 1947. Iniciou-se o déficit cambial. Os atrasados comerciais passaram a crescer de ano para ano. Entramos no sistema de déficit crescente. “Uma única solução teria de impor-se: produzir, aqui mesmo, as matérias-primas de transformação e manufatura, os veículos, o combustível, tudo enfim, que era posto ao nosso alcance por via da importação”.

AS REFORMAS DE GETÚLIO

“A primeira reforma de base realizada no Brasil foi a criação de Volta Redonda, em 1939. “Foi este, com efeito, o primeiro passo que abriu caminho ao pujante desenvolvimento industrial brasileiro: fabricação de aço, de metais não-ferrosos e de produtos químicos. “No mesmo sentido de nossa emancipação, coube a Getúlio suscitar e sancionar a Lei 2.004, que criou a Petrobrás, visando à autossuficiência em matéria de combustível. E graças à Petrobrás que, hoje, nossos veículos podem rodar com o nosso próprio combustível. “Depois de pouco mais de um decênio podemos ostentar, com orgulho, uma indústria nacional que é, a essa altura, mais diversificada do que a da União Soviética. “Todos os grandes grupos industriais encontram-se, hoje, aqui representados. “O surto industrial é um esplêndido resultado da capa-



cidade criadora de nosso povo, favorecido pelas circunstâncias históricas que permitiram a instauração de um processo de desenvolvimento que não pode ser estacionado ou mesmo estrangulado sem gravíssimos riscos para toda a estabilidade em que repousa a Nação. “Foi graças à industrialização que deixou de haver déficit na balança comercial. Nossas exportações passaram a pagar as importações. Não podíamos, porém, por outro lado, pagar o financiamento que levantamos para custear essa autêntica reforma de base a que submetemos a estrutura nacional. “As amortizações e os juros daquele financiamento vieram a pesar de maneira insuportável sobre nossa economia. A capacidade demonstrada e provada pelo Brasil deveria dar-nos, porém, o inalienável direito ao crédito de que necessitamos. O mérito de nossas realizações não mais poderia ser omitido ou escamoteado. “A dívida total do Brasil é de cerca de 3 bilhões e 800 milhões de dólares, pagáveis num período superior a cem anos. Quer isto dizer que devemos uma soma de dólares equivalente à receita cambial da Nação em apenas dois anos. “O problema existe e está exatamente no seguinte: cerca de mais de metade daquele total de 3,8 bilhões vence até 1965. É um prazo excessivamente curto, mas é tudo que as fontes internacionais de crédito nos puderam oferecer quando lhes foi colocada a oportunidade de socorrer-nos com a sua ajuda, nestes últimos 15 anos”.

PREÇOS INTERNACIONAIS

“É preciso levar em conta um fator negativo que, sobre ser um dado incontestável de nossa realidade, não pode ser debitado a uma suposta e inexistente incapacidade brasileira. “Trata-se de reconhecer que, nesse período de quinze anos, ou seja, logo após a Segunda Guerra Mundial até nossos dias, os preços de todas as matérias-primas e dos gêneros alimentícios que exportamos caíram vertiginosamente nas bolsas mundiais. “Basta dizer que o café e o cacau – e este, o cacau, foi até 1960 o segundo produto em nossa pauta de exportação – sofreram quedas superiores a 50%, no período de 1954 a 1963.

“Para dar uma ideia do que isto significa e nos custa, é suficiente observar que, se prevalecessem os preços vigentes em 1956, nossa receita cambial estaria proporcionando ao país, hoje, nada menos de 2,5 bilhões de dólares. “Em 1954 exportamos 4,3 milhões de toneladas de mercadorias e obtivemos uma receita de um bilhão e 562 milhões de dólares. “Em 1962, exportamos 12,4 milhões de toneladas de mercadorias e a receita alcançou apenas a ordem de um bilhão e 214 milhões de dólares. “Exportamos três vezes mais e baixou, todavia, a nossa receita cambial. Sem essa malfadada deterioração, o Brasil já não teria dívida internacional a pagar. “As grandes potências do Ocidente têm de tomar em consideração esse dado fundamental à análise e ao entendimento de nossa crise atual. “Em nossas relações comerciais com essas potências, elas precisam considerar que a sua posição forte vem sendo mantida, do ponto de vista econômico, à custa de nossos enormes sacrifícios, importando em fazer-nos cada vez mais fracos, enquanto elas mais e mais se fortalecem. “Não é justa, pois, a situação de dificuldades em que hoje nos encontramos. Triplicamos os nossos fornecimentos, equilibramos nossa balança comercial, realizamos esforços extraordinários dentro do regime democrático. Convivemos e dialogamos, sem interrupção, com essas potências a que destinamos o fruto de nosso trabalho e, apesar de tudo, sofremos as consequências iníquas do fenômeno da deterioração dos preços, o qual nos é imposto, sem alternativa até agora, pelo mecanismo de relações internacionais. “A meu ver, não se pode falar apenas em intercâmbio, no caso, dentro da área estritamente comercial, de simples troca. Há, na hipótese, outras e graves implicações. “As potências estrangeiras, nossas amigas tradicionais, que nos compram um volume cada vez maior de mercadorias e nos pagam com uma soma cada vez menor de divisas não podem esquivar-se à responsabilidade que lhes cabe, e que efetivamente têm, em nossa crise. “Não pedimos apenas compreensão. Merecemos o reco-

nhecimento expresso de que a responsabilidade, no caso, está muito mais fora de nosso alcance do que propriamente dentro de nossas fronteiras. “Não posso omitir aqui uma palavra a respeito dos investimentos externos que se incorporam à nossa economia. “Os investimentos estrangeiros, que vieram colaborar com o nosso surto de desenvolvimento e que aqui encontraram os atrativos de um mercado em expansão e de uma ordem jurídico-social que lhes proporciona o clima de segurança e de paz para o trabalho, precisam compreender agora as nossas dificuldades e devem cooperar conosco na solução que nos permita salvaguardar essa ordem jurídico-social e assegurar a continuidade do crescimento da economia nacional. “Depois do investimento financeiro, patrimonial e técnico, chegou a hora de ser feito um investimento de confiança e sacrifício. “Nesse sentido, podemos afirmar que os nossos interesses hoje são comuns e solidários. “A reforma industrial de base constitui a maior vitória da civilização brasileira, nos últimos anos. Do ponto de vista econômico, a estrutura da produção foi sensivelmente modificada. “Do ponto de vista social, procurou-se e obteve-se, até certo ponto, uma distribuição mais equitativa dos bens produzidos. Criou-se a solidariedade entre o trabalho e o capital”.

A QUESTÃO DA TERRA

“Ao assumir o Governo tomei consciência de que essa grande vitória estava ameaçada. “Para tanto, bastaria observar que a maioria da população rural não tem poder aquisitivo e cresce em ritmo mais veloz do que a população urbana. “A produção industrial sofre o risco de parar, por insuficiência de uma estrutura agrícola. “Não é outra a razão que me leva a pregar uma urgente reforma de base, no âmbito da agricultura, comparável à que Getúlio Vargas empreendeu no campo da indústria. “Os benefícios do surto industrial estão sendo amesquinhados por uma estrutura agrícola que encarece os custos de nossa produção e não oferece a necessária expansão

O presidente João Goulart, durante a parada de 7 de setembro de 1962

do mercado interno. “Apesar de trabalhadora, a população rural está impedida de colaborar com os centros urbanos, em favor do progresso comum. “Imensa massa de camponeses encontra-se marginalizada, sem existência econômica que lhe permita adquirir as manufaturas produzidas no país. “Essa massa carece, ao mesmo tempo, de um sistema de defesa de seus direitos trabalhistas, segundo os preceitos da justiça social. “A continuar esse panorama melancólico, a indústria nacional terá de conformar-se com níveis de produção abaixo de sua capacidade. E de fato chegamos, paradoxalmente, à necessidade de produzir menos veículos, menos tecidos, menos materiais de construção, à espera de que a infraestrutura econômica do Brasil venha a modificar-se, para então permitir aos brasileiros a superação da miséria. “Compreendi que só nos resta uma alternativa: a reforma de base no campo, nos mesmos moldes da reforma encetada por Getúlio Vargas nos centros urbanos. “É imperativa a necessidade de reorganizar a economia agrícola, assim como se impõem, com urgência, aquelas medidas capazes de estender ao camponês os benefícios que a justiça social pode e lhe deve assegurar. “Este é o caminho para que cada camponês, cada fazendeiro, produtor ou trabalhador, possa transformar-se em consumidor dos produtos nacionais. “Apenas 2,2% do número de propriedades (ou seja, 73.737 propriedades) ocupam 58% da área total de hectares. “Quanto aos restantes 42%, são ocupados por 3.268.360 propriedades. “A conclusão que se impõe é que um reduzidíssimo número de latifundiários ocupa mais de metade da área total de propriedades privadas do país. “Impossível ignorar, assim, que a má distribuição de terras é responsável pelo baixíssimo índice de seu aproveitamento na lavoura. “Entre os 70 milhões de brasileiros, apenas 3 milhões 350 mil têm o privilégio de serem proprietários rurais”. *Continua na próxima edição*